



ALerta

DEMOCRÁTICA

Cenários para o futuro da
democracia na América Latina
2015—2030

ALERTA DEMOCRÁTICA

Cenários para o futuro da
democracia na América Latina
2015—2030

Realização



Apoiado por



Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Este documento está licenciado pela ReosPartners Inc. sob os termos de uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-ShareAlike 4.0 Licença Internacional. Isso significa que os leitores e usuários podem compartilhar e usar nossos materiais sempre e quando outorguem a ReosPartners Inc. o devido crédito. Este documento não pode ser utilizado para fins comerciais. Veja mais em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

CENÁRIOS PARA O FUTURO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA 2015-2030

ÍNDICE

Objetivos.....	4
Introdução aos Cenários.....	5
Características dos Cenários.....	7
Apresentação da metodologia.....	8
Como foram construídos os Cenários para o Futuro da Democracia na América Latina e o que vem depois?.....	9
Cenários para o Futuro da Democracia na América Latina (2015 – 2030).....	10
Tabela comparativa dos quatro Cenários	12
DEMOCRACIA EM TRANSFORMAÇÃO	14
DEMOCRACIA EM TENSÃO	21
DEMOCRACIA EM MOBILIZAÇÃO	27
DEMOCRACIA EM AGONIA	33
Membros	38



OBJETIVOS

Os cenários descritos nas páginas seguintes são um marco conceitual idôneo para desenvolver uma linguagem comum que permita um melhor entendimento das forças que determinam e modelam o futuro das democracias na América Latina. Além disso, é uma valiosa referência sobre as distintas estratégias que poderíamos conceber e implementar, de forma individual e coletiva, ante os desafios do presente. Em suma, são os possíveis resultados que poderemos esperar em 2030 a partir de nossas ações ou omissões e seu objetivo é oferecer uma plataforma para o diálogo e a ação.



INTRODUÇÃO AOS CENÁRIOS

Em junho de 2015, a América Latina se orgulha do grande predomínio da democracia como forma de governo. Em um passado muito recente, sua realidade cotidiana era absolutamente diferente. Hoje, a maioria de seus países conta com democracias jovens que buscam consolidar suas raízes sobre um solo corroído há apenas poucas décadas pelas ditaduras militares e os autoritarismos. Não obstante, uma certeza permanece ao longo do território que une os países ao sul do Rio Bravo: a consolidação da democracia é um auspicioso processo que, entretanto, ainda está muito longe de ser irreversível. Dessa forma, chegamos atualmente a um ponto de bifurcação do qual emergem múltiplos caminhos que a região poderia percorrer em curto, médio e longo prazo.

Nisto se baseia o presente exercício: ser um percurso de possibilidades futuras, um caminho para os próximos três lustros que tem como estação de chegada a América Latina de 2030.

Neste exercício de planejamento transformador por cenários, a Equipe de Cenários (EC), um heterogêneo grupo de líderes latino-americanos unido principalmente pela sua profunda convicção democrática, selecionou, de maneira conjunta, entre as opções possíveis, as principais características presentes hoje em dia que traçam quatro caminhos relevantes, desafiadores, factíveis e claros pelos quais as democracias na América Latina poderiam transitar durante os próximos 15 anos.

O resultado de um trabalho intenso de seis meses é apresentado nas próximas páginas. Não são prognósticos nem previsões sobre o que vai ocorrer nem são recomendações ou planos sobre o que deveria ocorrer. São histórias construídas com rigor e mediante o diálogo para prefigurar o que poderia ocorrer nos próximos 15 anos. Cada uma delas contém elementos que podem não ser mutuamente excludentes com outros cenários.

Um dos pontos de partida para o exercício realizado pela Equipe de Cenários foi a certeza conjunta de que a solidez do sistema democrático é um objetivo desejável e possível, mas não inercial. Compartilha-se a convicção de que as democracias da região devem ir muito mais além do que se conseguiu até hoje, com graus de maturação que variam de acordo com cada país. Não se pode negar que a organização periódica de eleições existe em nível geral, mas embora se viva sem os autoritarismos do passado, o grupo sustenta que as democracias da América Latina ainda têm muito espaço para continuar progredindo.

A noção de democracia neste documento não se limita, portanto, aos sistemas eleitorais; mas abrange outros conceitos de importância similar, como o Estado de direito, o respeito e a proteção das liberdades civis e dos direitos humanos, e a liberdade de associação e participação da sociedade civil.

Os cenários representam algumas possibilidades relativas às alternativas existentes para garantir o efetivo contrapeso entre poderes, a renovada legitimidade das instituições, os mecanismos de prevenção da corrupção e a adequada prestação de contas. Também reconhecem como prioridades o fortalecimento dos partidos políticos, as novas formas de participação democrática, os modelos de desenvolvimento mais produtivos, inclusivos e sustentáveis, a defesa ante a espreita da violência e o crime organizado, a expansão das liberdades civis e políticas, a vida nas cidades e a integração regional.

O futuro não está escrito de antemão, mas depende de uma complexa e, em muitos casos, imprevisível trama de decisões individuais e coletivas, sobre a forma na qual os latino-americanos enfrentam seus problemas atuais e tiram proveito das múltiplas oportunidades, bem como do contexto internacional que incidiu e continua incidindo nas opções da região.

Por essa razão, os quatro cenários a seguir demarcam o que poderia ocorrer se os indivíduos e as instituições empreenderem um caminho ou outro. Caso se transite pelas vias da renovação e reforma, a realidade será uma; caso se prefira a disputa de poder e a tensão entre diversas forças políticas e econômicas sob uma democracia aparente e superficial, será outra. Um conjunto de situações específicas prevalecerá se for a sociedade civil que impulsionar novas formas de mobilização democrática e pressão popular mais além da ação estatal ou, se o que predominar for o sequestro da democracia em boa parte do território latino-americano por parte do crime organizado, prevalecerão a violência, a impunidade e todo tipo de atividade ilegal.

Este exercício de cenários possíveis é realizado sobre uma região reconhecida pela sua grande diversidade e complexidade. O ponto de partida é a evidência de que em alguns países e, inclusive, sub-regiões, o que está em jogo é o aprofundamento da democracia; enquanto que em outros países está suspensa a própria essência dessa forma de organização coletiva. Em alguns casos se discute sobre as características e o alcance dos valores democráticos por excelência e em outros o que se debate é a vigência das garantias mínimas. Contudo, o que o EC reconhece é que o destino coletivo da região está intimamente ligado à forma na qual se conceba, individual e coletivamente, a democracia e suas instituições no começo do século XXI.

Para tanto, propõe-se uma aproximação holística e integral na qual sejam enfatizados os desafios comuns e o potencial regional para assumir o controle de um sonho e uma responsabilidade compartilhada orientada para a conquista de uma região mais justa, próspera e segura e que desenvolva finalmente todo seu potencial no novo século.

Características dos cenários

Os cenários são hipóteses de futuro que se enquadram em uma narrativa internamente coerente. Pretendem, portanto, ser **relevantes, desafiadores, plausíveis e claros**, visto que apenas assim serão úteis para o propósito definido previamente.

Dos critérios no diagrama à direita depende que os cenários sejam úteis, o que implica que cada história deve respaldar o diálogo exploratório sobre os futuros possíveis e ser uma base para adotar de forma coletiva as melhores decisões possíveis.

RELEVANTES

Porque cada história tem certas implicações que, em maior ou menor grau, impactam de forma tangível no futuro de cada cidadão latino-americano.

DESAFIANTES

Porque cada história pretende confrontar os modelos mentais adquiridos e as percepções predominantes para assim ampliar e enriquecer na medida do possível a perspectiva desde a qual se analisa o que poderia passar.

~ CENÁRIOS ~
PARA O FUTURO
 DA
DEMOCRACIA
 NA AMÉRICA LATINA
2015-2030

PLAUSÍVEIS

Porque cada história cumpre com os requisitos para assumir o que poderia ocorrer, embora seja muito provável que não ocorra.

CLAROS

Porque cada história tem características específicas, sua própria lógica interna e deve estar ao alcance da compreensão de líderes e cidadãos da região.

Apresentação da metodologia

O planejamento por cenários é uma metodologia que se desenvolve há várias décadas nas principais empresas e organizações do mundo, pois está comprovada sua grande utilidade na hora de adotar decisões estratégicas em contextos sociais, econômicos e políticos complexos. Foi desenvolvida inicialmente como uma forma de identificar os desafios emergentes no entorno militar e, em seguida, no mundo empresarial, para assim explorar as possibilidades do futuro e traçar estratégias corporativas com uma visão mais holística das oportunidades e dos riscos.

A metodologia também provou ser útil em contextos sociais, econômicos e políticos complexos desde que foi aplicada na África do Sul, na década de 1990, para enfrentar os desafios da transição democrática. Desde então, e sob a denominação de planejamento *transformador* por cenários, foi implementada em vários países e contextos distintos, apresentando como resultados o desenvolvimento de uma linguagem nova e compartilhada e novas perspectivas e pontos de vista que melhoram o entendimento sistêmico de problemas complexos, bem como o estabelecimento de novas relações e novas intenções que facilitam a solução de problemas através da ação coletiva.

A metodologia do planejamento transformador por cenários tem seis instâncias orientadas para a definição dos cenários possíveis e o acordo sobre ações concretas relacionadas às aprendizagens obtidas ao longo do processo:

A partir desse esquema, buscam-se cinco tipos de resultados, ilustrados no diagrama ao lado, que são as bases para a ação coletiva efetiva.

O ponto de partida

- *uma situação inaceitável ou insustentável*
- *um ator isolado não pode alterar a situação*
- *mudanças diretas são impossíveis ou insuficientes*

Convocar a equipe de cenários

- *Representativa do sistema*
- *Reunindo poderes de ação*
- *Dispostos a dialogar e co-criar*
- *Conhecedores e experimentadores*

Observar o que está acontecendo no sistema

- *Quais são nossas preocupações?*
- *Quais forças impactaram nosso futuro?*
- *Quais são nossas grandes certezas e incertezas?*

RESULTADOS

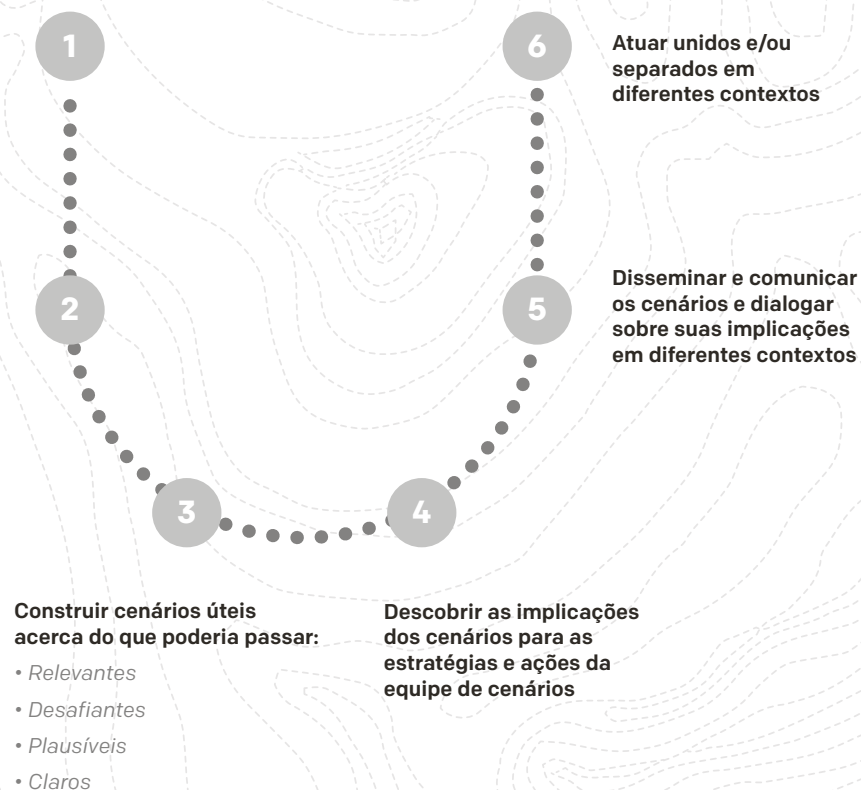
• Alcançar **ENTENDIMENTOS** sistêmicos sobre o passado, o presente e os possíveis futuros das democracias da região.

• Estabelecer **RELACIONAMENTOS** entre diferentes partes do sistema e entre os diferentes grupos de interesse para facilitar, dessa forma, o trabalho em conjunto sobre objetivos comuns.

• Precisar a **INTENCIONALIDADE** das pessoas que conformam o sistema completo, definindo assim compromissos específicos sobre o que se deve fazer, considerando os cenários.

• Definir as **CAPACIDADES** necessárias para liderar mudanças sistêmicas.

• Empreender as **AÇÕES** nas quais os líderes e cidadãos envolvidos transformem efetivamente sua realidade.



Como foram construídos os *Cenários para o Futuro da Democracia na América Latina* e o que vem depois?

Fases do processo

1. EQUIPE DE CENÁRIOS (EC)

O processo de construção dos cenários para a América Latina se iniciou em 2014 sob o patrocínio das entidades convocadoras com a identificação de uma equipe de 37 líderes influentes da região, representativos de diversos âmbitos da sociedade, como a política, a academia, o setor privado e a sociedade civil, que são os que formam a Equipe de Cenários.

2014

2. CICLO DE ENTREVISTAS

Em seguida, houve uma rodada de 65 entrevistas com personagens e atores-chave da região, entre os quais foram incluídos todos os membros da EC. Essas entrevistas serviram de guia inicial para estabelecer as variáveis temáticas fundamentais do processo.

3. CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS

O EC se reuniu em dezembro de 2014, em janeiro e abril de 2015 em três oficinas de trabalho para a construção dos cenários, cada uma de três dias. Em cada oficina, conseguiu-se congregar uma ampla faixa de perfis e perspectivas (setoriais, ideológicas, profissionais, acadêmicas, etc.) com a capacidade de empreender uma aproximação integral holística às distintas oportunidades e desafios do sistema democrático da região no futuro em curto, médio e longo prazo.

2015

4. COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO

Com base nos cenários propostos, desenhou-se uma fase de comunicação e difusão que busca posicionar mensagens-chave sobre os desafios da democracia na região e firmar compromissos acordos com os objetivos do projeto e as narrativas formuladas. O processo liderado pelos integrantes do EC busca oferecer uma plataforma para o diálogo e a ação e impulsionar e promover estratégias com incidência na opinião pública, no debate acadêmico e na ação política, que sejam assim um respaldo primordial e vinculante para o diálogo e para a ação na América Latina.



CENÁRIOS PARA O FUTURO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA (2015 – 2030)

O ponto de partida comum dos quatro cenários

A América Latina recebe o ano de 2015 em meio a uma encruzilhada. Não há um balanço evidente do progresso democrático da região. Segundo o Banco Mundial, de 70 a 90 milhões de pessoas superaram a pobreza na década precedente. A produtividade continua sendo baixa e a dependência das exportações, alta; mas se avançou muito nos fundamentos macroeconômicos e financeiros que garantem maior estabilidade. A comunidade internacional destaca com frequência que os latino-americanos definitivamente deixaram para trás seu passado recente e ominoso de ditaduras e autoritarismos e o substituíram por governos eleitos de forma democrática, praticamente em todos os seus países. Por sua vez, o fortalecimento da democracia está reconhecendo e demandando instrumentos e lideranças que interpelem as formas tradicionais e que tenham a capacidade para oferecer respostas aos novos desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais.

A DEMOCRACIA EM
**TRANS-
FORMAÇÃO**

A DEMOCRACIA EM
TENSÃO

A DEMOCRACIA EM
**MOBILI-
ZAÇÃO**

A DEMOCRACIA EM
AGONIA

Entretanto, o ciclo econômico positivo e o notável crescimento do PIB que caracterizaram a região nos últimos dez anos chegam ao fim. O contexto internacional deixa de ser favorável. Tudo parece indicar que os bons tempos econômicos não vão voltar, pelo menos em curto prazo. A região ainda se destaca no contexto mundial por seus alarmantes níveis de pobreza, desigualdade e insegurança. A ingente população jovem enfrenta desafios cada vez mais complexos sob o ponto de vista de formação, inserção laboral e participação social. Cerca de 30% dos latino-americanos vivem na pobreza, o que corresponde aproximadamente a 170 milhões de pessoas. Uma enorme porcentagem de países se encontra em uma posição de desvantagem ante os desafios da globalização devido às defasagens em infraestrutura, à insuficiente competitividade e à escassa qualidade educativa. Além disso, diversas pesquisas refletem que a principal preocupação dos latino-americanos é a insegurança, muito além de outros problemas estruturais graves, como a pobreza e a desigualdade.

Muitos cidadãos opinam que as formas democráticas de vários governos latino-americanos se reduzem a votações periódicas de resultados previsíveis que coexistem com novas formas de repressão à liberdade de expressão e restrições ao pluralismo político, à divisão de poderes e demais comportamentos de caráter autoritário. Por sua vez, milhares de cidadãos continuam irrompendo massivamente nas ruas para protestar, em alguns casos pela exigência de padrões mínimos de vida, em outros pelo incremento das expectativas sociais, e em outros como protesto contra a corrupção e a falta de transparência no exercício da função pública. As perspectivas econômicas e sociais parecem manter uma correlação inversamente proporcional às maiores expectativas sociais: enquanto as primeiras tendem a se reduzir, as segundas tendem a aumentar. A conflitividade social parece ser um traço estendido da construção democrática latino-americana, bem como o incremento da população urbana que chega a uma porcentagem próxima a 80% e a ausência da variável ambiental como ordenadora da sustentabilidade. A América Latina descobre que tem nas redes um desafio e uma oportunidade expressa em mobilização, transparência e educação.

Tabela comparativa dos quatro cenários

	A democracia em TRANSFORMAÇÃO	A democracia em TENSÃO	A democracia em MOBILIZAÇÃO	A democracia em AGONIA
ESTRUTURA DE PODER	Cenário da redistribuição do poder.	Cenário da concentração do poder.	Cenário da desconcentração do poder e da interpelação ao poder tradicional.	Cenário do predomínio do poder do crime organizado e da violência.
INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E CULTURA POLÍTICA	Busca-se revalorizar a política e melhorar a capacidade de governar com maior eficiência e transparência a partir de reformas estruturais que buscam o aprofundamento do exercício de direitos cidadãos, dos mecanismos institucionais de participação social e do fortalecimento do sistema democrático por meio de maior inclusão e pluralismo.	Fenômenos díspares como uma nova reconfiguração de lideranças em uns casos, e a cultura caudilhista tradicional em outros expandem a concentração de poder, corroem os controles e contrapesos institucionais, geram disputas permanentes pelo poder e condicionam o exercício democrático.	A frustração com o modelo democrático tradicional gera um fenômeno de interpelação permanente a partir do trabalho estratégico em redes, a pressão popular e a apropriação de novas tecnologias pelos cidadãos e pelos movimentos sociais.	Debilitam-se as instituições e se consolidam esquemas de governabilidade que enfraquecem o ideal democrático em muitos territórios da região devido à maior sofisticação do crime organizado que penetra no Estado, ao recrudescimento da violência, ao avanço da corrupção, ao predomínio da impunidade e ao apego a soluções autoritárias.
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	Maiores incentivos, melhores mecanismos de participação e maior ênfase na educação social para a reconstrução de uma ética civil levam à configuração crescente de um eleitorado mais exigente e com maiores níveis de participação nos esquemas tradicionais de representação e a uma colaboração generalizada entre sociedade e Estado.	Prevalência do voto cativo, diminuição da participação eleitoral, ausência de informação fidedigna e aumento da desconfiança para o que é público.	Fatores como os novos esquemas de cooperação horizontal, o ativismo em redes paralelas e a expansão da mobilização social geram maior pressão no Estado, questionam o voto como mecanismo efetivo de influência e engendram um empoderamento social mais estendido e uma apropriação coletiva de interesses comuns mais além do tradicional esquema representativo.	Instalam-se na sociedade o silêncio, o temor, a autocensura e a dupla moral, e se experimenta uma degradação notável dos valores cívicos em territórios e províncias da região.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCLUSÃO SOCIAL	Predomínio de modelos alternativos de desenvolvimento sustentável e de políticas redistributivas mais efetivas para superar os desafios estruturais de pobreza e desigualdade com maior produtividade e melhores salários.	Supremacia generalizada de soluções de curto prazo e prevalência da eficiência econômica sobre a justiça social e o equilíbrio do meio ambiente, o que impede uma redistribuição mais equitativa de poder e renda.	Surgimento de inovadores modelos inclusivos de desenvolvimento econômico local menos dependentes do Estado e com novas formas de comercialização baseadas em modelos de economia sustentável e justa e no trabalho em rede.	Acentuação da pobreza, da desigualdade e do desequilíbrio ambiental dada a ausência de garantias para o crescimento inclusivo e a inoperância dos mecanismos redistributivos do Estado.
INTEGRAÇÃO REGIONAL	Agrupamento consolidado de vários países em blocos comerciais e políticos que inserem com maior força a região no mapa global.	Tendência às soluções de curto prazo que leva à desaceleração da integração regional e à consequente perda de competitividade com outras regiões do mundo.	Desenvolvimento de novas formas de intercâmbio e integração territorial regional e de novas agendas para organismos multilaterais a partir da influência das redes.	O dinamismo dos mecanismos informais e ilegais da integração regional supera enormemente os lentos avanços na assinatura de acordos regionais e soluções compartilhadas.



TRANS- FORMAÇÃO

A DEMOCRACIA EM

TRANS-
FORMAÇÃO

DEMOCRACIA EM TRANSFORMAÇÃO

Neste cenário, a América Latina experimenta uma demanda generalizada para a reformulação das instituições democráticas que permita superar progressivamente os problemas estruturais mais urgentes e conquistar uma maior inserção da região no mapa global. Cada país da região deve lidar com uma realidade na qual a adaptação às oportunidades e aos desafios da globalização em suas múltiplas vertentes impõe maior pressão para acordar reformas institucionais que tendam a melhorar a qualidade da democracia e a incrementar a satisfação dos cidadãos e o cumprimento de suas aspirações. Desse modo, em um número crescente de países, são geradas as condições para que sejam as próprias instituições que promovam transformações de longo alcance em áreas críticas nas quais antes predominavam os interesses particulares. Os resultados são díspares segundo cada país da região, mas deixam evidente a demanda generalizada por um novo modelo de democracia mais pragmático que supere os limites dos esquemas tradicionais. Nesse contexto, alguns países demonstram que é possível superar gradualmente certas inércias estruturais que até agora impediam a redução da desigualdade e a violência e assim conseguir que as organizações fundamentais do Estado representem de forma genuína os interesses de uma sociedade diversa. É o cenário do fortalecimento da democracia na região e da inovação institucional.

Desde **2015**, a desaceleração econômica chega acompanhada de um ciclo ininterrupto de denúncia ante múltiplos casos de corrupção em vários países da região. Alguns dos governos eleitos ou reeleitos no ciclo eleitoral de 2014 e anos próximos encontram-se envolvidos em escândalos de corrupção e abuso de poder que ultrapassam a paciência dos eleitores. São descobertas novas evidências de desvio de fundos de empresas estatais. São divulgadas mais provas de saque ao erário sobre recursos destinados a obras públicas e investimento social, bem como de conflitos de interesses. São difundidos novos casos de abusos do poder executivo sobre juízes e congressistas que colocam em suspenso os sistemas de controles e contrapesos. São divulgados outros casos de transgressões à lei por parte de poderosos empresários que ficam impunes graças a suas conexões com o poder político. As barreiras que separam o Estado da ingerência religiosa se tornam imprecisas em algumas partes. Aumentam os ataques de alguns mandatários sobre a liberdade de expressão. Outros formulam novas estratégias democráticas apenas na aparência para se manterem por mais tempo no poder. E outros, em nível regional e local, demonstram sua permanente convivência com o crime organizado, o que inclusive provoca a reincidência dos desaparecimentos e os

LINHA DO TEMPO

2015 • pág. 14

2018 • págs. 16, 17, 18

2020 • págs. 16, 17, 18

2022 • págs. 16, 19

2025 • pág. 17

2026 • págs. 17, 19

2030 • págs. 18, 19

assassinatos de pessoas incômodas ao governo. Em outros casos, governantes com um maior compromisso com a transparência chegam a uma ruína de descrédito porque não puderam materializar na realidade as aspirações políticas e sociais propostas na campanha. Enquanto isso, apresentam-se preocupantes retrocessos nos índices de pobreza e desigualdade, que comprovam a fragilidade dos avanços conquistados até o momento. É a classe média, em particular, que experimenta um declive em seus níveis de vida.

Diversos estudos e pesquisas demonstram que o desprestígio das instituições democráticas e a deterioração da confiança política na sociedade talvez sejam a síndrome que com maior força se espalha ao longo do território latino-americano. Afirmam que os partidos políticos foram debilitados e cooptados por poderes fáticos e sua impopularidade continua crescendo. Para os cidadãos, fica cada vez mais difícil identificar muitos dos partidos existentes na região com uma plataforma política específica que sirva de intermediação ideológica entre os candidatos propostos e a porcentagem da sociedade que os elege. A queda da participação eleitoral é, entre outros, um traço reiterativo que enfraquece a legitimidade dos governos em nível nacional e local.

O resultado é o de uma região que se caracteriza por um esgotamento notório do ciclo político vigente e por uma aversão indissimulável da corrupção, do abuso do poder, da impunidade e da polarização, especialmente da parte de uma classe média emergente que acumula ao mesmo tempo aspirações mais sofisticadas e maiores frustrações, pois muitas de suas demandas políticas não foram satisfeitas. A isso se soma um contexto de escassez que muito se difere da bonança vivida em anos anteriores. Por isso, com o surgimento de um novo ciclo de eleições, em torno de **2018**, emergem distintos tipos de reações ante a indignação social com um denominador comum: já não é tolerável para uma grande porcentagem da sociedade latino-americana que as instituições democráticas da região sucumbam ante a ausência de transparência e a impossibilidade de oferecer respostas efetivas a desafios que não podem ser adiados, especialmente os relacionados à desigualdade e à insegurança. A indignação de sempre leva agora a uma maior politização da sociedade e a indiferença de antes se converte gradualmente em uma maior participação no debate político e um maior compromisso com os assuntos públicos. A rejeição à corrupção e à inoperância do Estado passa do estado

passivo ao ativo. Assim como em séculos e décadas anteriores se gerou uma consciência que qualifica como inaceitável sem nenhum atenuante a escravidão ou a discriminação por questões de raça, gênero ou etnia, agora começa a germinar uma nova consciência na qual é inaceitável não contar com instituições democráticas sólidas, transparentes e sob medida dos desafios propostos pelo século XXI.

Do interior da classe média e dos movimentos civis, que uma vez ou outra demonstraram ser o principal motor de mudança na história da região, exige-se da política e da administração pública um mínimo de transparência e eficiência para alcançar diversos fins sociais. A demanda por uma evolução nas democracias da região em vários países provém, em muitos casos, de jovens e mulheres, que rompem assim as cadeias subsistentes em sociedades ancestralmente patriarcais, e de povos indígenas, afrodescendentes e população LGBT, que se convertem em motores da mudança para derrotar a discriminação por meio de massivas campanhas de ideias e propostas em defesa do avanço material e do progresso moral como fins da ação pública em um contexto que garanta os direitos dos cidadãos. Trata-se, pois, de um crescente eleitorado, majoritariamente urbano, mais exigente e capacitado nas virtudes cívicas e nas possibilidades da tecnologia.

O anterior leva ao surgimento nesse novo ciclo político de um processo cuja nota predominante em alguns casos é a formulação de propostas que canalizam as demandas sociais e que buscam construir uma visão compartilhada de futuro em meio à diversidade através de um novo paradigma institucional que provê mecanismos mais efetivos de participação. Surgem com maior força algumas opções políticas, encarnadas em pessoas alheias às intrigas tradicionais do poder, que renovam o funcionamento dos partidos tradicionais ou que estabelecem novos partidos e movimentos políticos. As metas traçadas são claras: exigir das elites políticas e econômicas tradicionais a mudança das regras do jogo para consolidar as instituições democráticas, incentivar a reconstrução de uma ética civil mais estendida e melhorar a capacidade de governar. Com esse impulso, alguns partidos tradicionais entram na era da mudança para recuperar seu prestígio e valorizar de novo o exercício da política, recobrando pouco a pouco a capacidade de mobilizar e inspirar seus votantes a partir de certas crenças compartilhadas. Isso acarreta uma rajada de ar fresco para a renovação institucional e se rompe gradualmente o círculo vicioso de

LINHA DO TEMPO

2015 • pág. 14

2018 • págs. 16, 17, 18

2020 • págs. 16, 17, 18

2022 • págs. 16, 19

2025 • pág. 17

2026 • págs. 17, 19

2030 • págs. 18, 19

polarização política e estancamento administrativo. Através do discurso de exemplo e de maiores e melhores instrumentos de fiscalização, em vários casos se reduz pouco a pouco a tolerância cultural com a corrupção. Além disso, a incorporação transversal da dimensão de gênero se revela como uma garantia para o melhor funcionamento do Estado e das instituições. Promovem-se assim a mudança e a reforma a partir das instituições através de um roteiro deliberado mais além das conjunturas eleitorais para se ter adiante reformas específicas orientadas especialmente para a resolução dos principais desafios estruturais da pobreza, da desigualdade, da insegurança e, em muitos casos, da impunidade. Os analistas destacam que tudo isso supõe uma mudança abrupta com relação à tendência generalizada na região de promulgar soluções artificiais, imediatas e improvisadas que a condenam ao atraso. A mudança, concluem, exige grandes doses de constância e otimismo. Lamentam, não obstante, que a evolução se materialize só em alguns casos, e que em outros não haja sinais visíveis de mudança efetiva para o fortalecimento da democracia.

Muitas das reformas propostas, além de reforçar o equilíbrio entre poderes, estão orientadas a mudar o funcionamento dos partidos, que se enquadrariam agora em um contexto normativo e cultural que os concebe mais como porta-vozes legítimos dos interesses da sociedade que como maquinarias eleitorais. Além disso, busca-se assegurar a ação efetiva do governo melhorando sua capacidade de execução. A prioridade declarada é a de ter Estados mais funcionais e melhores políticas públicas a serviço do bem comum e não de interesses particulares. Parte-se da premissa de que o Estado deve representar efetivamente os cidadãos e canalizar devidamente as demandas concretas dos distintos setores da população. Dessa forma, em vários países se implementam inovações em matéria de deliberação e participação social que tendem a corrigir na medida do possível os vazios e as carências da democracia representativa tradicional, mas sem alterar suas bases conceituais. A ideia é conseguir um adequado balanço entre a representação e uma participação que não seja antagônica à figura estatal, mas sim que, ao contrário, seja exercida dentro do marco institucional vigente.

Consequentemente, promove-se um amplo conjunto de inovações para fomentar uma maior participação dos cidadãos nas decisões políticas, como as reformas ao sistema de partidos políticos ou ao

sistema eleitoral, que incluem medidas para que os migrantes sejam reconhecidos como cidadãos de pleno direito e aos quais é muito mais facilitada a participação eleitoral à distância. Trata-se de inovações que procedem do Estado, não da sociedade. Desse modo, desde **2018**, registra-se a lenta mudança de direção de alguns países latino-americanos rumo a um novo marco institucional mais inclusivo e em harmonia com a realidade global. As regras do jogo começam a mudar a favor da inclusão, da sociedade ativa e da produtividade. De fato, muitos denominam a década de **2020** como a da nova onda reformista na América Latina para uma profunda renovação da democracia. Seus resultados, entretanto, variam de um lugar a outro: em alguns países, o temperamento reformista se traduz em uma renovação institucional; em outros, só se materializam transformações parciais; e, em outros, as boas intenções naufragam ante as pressões dos grupos de poder tradicionais. Nos casos que se ressaltam como positivos, o que se percebe é a maturação de um modelo mais pragmático de democracia, no qual não haja um predomínio claro dos elementos de representação e participação, mas sim a continuidade e consolidação de diversos experimentos de interação entre o Estado e a sociedade civil para conceber e executar, de forma bem-sucedida, tanto as reformas estruturais de diversos tipos quanto as políticas públicas em nível nacional e local.

As inovações também se materializam no âmbito educativo, sob a certeza compartilhada de que se trata da alavanca mais igualitária que existe. Os progressos na região foram relevantes, mas insuficientes em termos comparativos com o contexto mundial. Por isso, existem países nos quais se unem partidos políticos, empresários, sociedade civil e sindicatos para melhorar a qualidade da educação que está ao alcance de todos, não apenas dos mais privilegiados, e oferecer dessa maneira melhores ferramentas para sobressair na era da informação, da tecnologia e do conhecimento. Ao chegar um novo ciclo eleitoral em **2022** e anos próximos, é patente em vários países que existe uma vontade política que reconhece a educação pública, gratuita, laica e de qualidade, com ênfase na formação cívica, no empoderamento político e no empreendimento econômico, como uma prioridade de Estado em longo prazo. Priorizam-se os conhecimentos, habilidades e destrezas necessários para investir em capital humano e apoiar uma cultura empreendedora como eixo vital da geração de emprego, da inovação, do crescimento econômico, da diminuição da pobreza e da produtividade em longo prazo.

LINHA DO TEMPO

2015 • pág. 14

2018 • págs. 16, 17, 18

2020 • págs. 16, 17, 18

2022 • págs. 16, 19

2025 • pág. 17

2026 • págs. 17, 19

2030 • págs. 18, 19

Ainda que os frutos de tais esforços só sejam visíveis ao longo de uma geração, aproximadamente, e os resultados de diversas provas educativas mostrem avanços ainda incipientes ao longo da década de **2020**, para o ano de **2025** a região considera pelo menos ter erradicado totalmente o analfabetismo e ter conseguido avanços notáveis, tanto em formação técnica e vocacional quanto em educação científica e humanística. A educação é, agora, em um alentador número de países, o eixo reitor a partir do qual se estruturam todas as políticas associadas com o desenvolvimento, a inclusão, a inovação e a democratização da sociedade. Também existem exceções nas que se registram retrocessos de todo tipo ao invés de avanços. Como alguns países similares conseguiram progressos notáveis, essas exceções ficam ainda mais notórias no contexto regional.

Por outra parte, as reformas estruturais buscam forjar sociedades mais seguras. O maior acordo entre distintos países com problemas comuns na região desde **2018** permite exercer uma inocultável pressão na comunidade internacional para promover mudanças sucessivas ao longo da década de **2020** na legislação vigente em matéria de narcotráfico. Em alguns casos pontuais, as aproximações alternativas ao consumo de drogas na região permitem conseguir um maior controle do microtráfico e, por conseguinte, reduzir um dos geradores da delinquência. Em todo caso, gesta-se um sólido acordo generalizado entre líderes políticos da região com base na ideia de que a melhor forma de enfrentar o crime organizado é através da vigência do Estado de Direito e não através das políticas de “mão firme” que levariam a um retrocesso nas garantias democráticas que foram construídas com tanto trabalho em toda a América Latina. Para **2026**, o centro da luta contra o crime na região oscila em torno dos princípios da prevenção, da inclusão social, das reformas das forças armadas, polícia e sistema judicial, do acesso igualitário a uma justiça pronta e eficiente e da coerção legítima do Estado dentro dos parâmetros legais e constitucionais. Alguns países com grande experiência nessa luta se constituem como guias, colaboradores e conselheiros permanentes, fortalecendo assim os canais de cooperação regional horizontal na matéria.

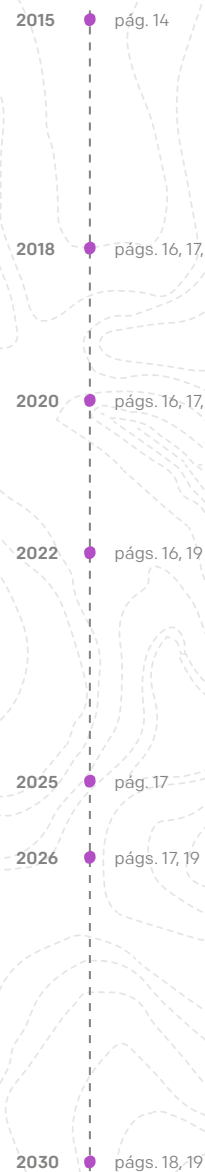
As dimensões do paulatino avanço democrático na região que se experimenta em boa parte de seus países desde **2018** não se limitam só à política. Para muitos líderes políticos, é na economia que está o

eixo central da ação democrática na atualidade. A queda dos preços dos produtos básicos de exportação, com os quais tanto lucraram muitas economias emergentes latino-americanas no começo do século leva muitas forças políticas e civis a respaldar reformas de distinto calado sob a premissa de que a única forma de aspirar a uma prosperidade sustentável que permita garantir uma vida digna acorde com os valores democráticos é através de maior crescimento, maior produtividade, maior inovação e maior equidade. Em vários países latino-americanos, cresce cada vez mais o número de pessoas em todas as esferas da sociedade a favor da diversificação do modelo econômico, e se apregoa a ideia de que o progresso já não pode depender de outros países, exceto em uma nova realidade multipolar. A globalização se posiciona progressivamente mais como uma oportunidade que como uma ameaça na deliberação pública latino-americana.

Do mesmo modo, os mercados e os investidores sentem maior atração pelas vantagens oferecidas pela diversidade e pela estabilidade da região. Em alguns países, de fato, é produzida uma espécie de reconciliação com a presença e com o papel dos empresários, que requer deixar de lado certas posturas ideológicas contrárias ao setor privado. Reconhece-se com maior frequência que o papel dos empresários é imprescindível e que sem eles é impossível superar o limiar que divide o mundo desenvolvido do subdesenvolvido. Também se reconhece com maior assiduidade o valioso papel que os migrantes de países fora da região ou entre países cumprem, cujas remessas são vitais para o desenvolvimento e cujos conhecimentos e destrezas são indispensáveis para a diversificação da economia.

O ciclo de reformas na região leva, assim, à consolidação de instituições que demandam uma maior responsabilidade empresarial. Na maioria dos casos, reforçam a igualdade de oportunidades e ao mesmo tempo estimulam a atividade econômica inovadora e o investimento em novas tecnologias. Acima de tudo, e em parte graças às novas leis antimonopólio, pretendem evitar a concentração de rendas e poder em poucas mãos, o que era tradicional na região. Busca-se que o crescimento econômico beneficie à grande massa de cidadãos e não apenas a uns poucos privilegiados. As novas tendências exigem substituir o apego aos monopólios, subsídios e prebendas estatais, bem como a avidez dos lucros de curto prazo ou rendas de qualquer tipo por uma gestão na qual os valores da responsabilidade corporativa

LINHA DO TEMPO



estejam em alta e os resultados sociais e ambientais tenham um peso similar ao dos econômicos. Vários empresários, que há várias décadas têm caracterizado seu compromisso com o progresso da região, já deram exemplo em certos países ao demonstrar como uma operação sustentável garante uma melhor acolhida de seus produtos e serviços nos mercados internacionais. Em contraste, outras grandes empresas continuam ancoradas no velho modelo de depredação ambiental, de vulneração dos direitos trabalhistas e ingerência indevida nas instituições do Estado e de apadrinhamento com alguns de seus representantes. Demonstram, dessa forma, sua indiferença ante a onda reformista que atravessa toda a região. Essas empresas eventualmente são castigadas pelos consumidores nacionais e internacionais.

Em certos países, por sua vez, o setor público assume totalmente sua responsabilidade com políticas estáveis para melhorar as condições de segurança jurídica, infraestrutura e logística, atrair maior investimento estrangeiro, reduzir o excesso de trâmites, investir mais na pesquisa, ciência e tecnologia, aumentar a oferta e a qualidade de toda sorte de bens públicos e, de forma prioritária, estender a democratização da sociedade impulsionando com maior vigor as pequenas e médias empresas, no que constitui uma nova onda de globalização na qual o empreendimento e a formalização da atividade produtiva são a base. Desse modo, ganha cada vez mais força na região a partir de **2018** um projeto comum de economia mista, solidária e sustentável, no qual as empresas e os governos assumem papéis complementares e fins compartilhados de eficiência econômica e justiça social.

A institucionalidade renovada faz com que a América Latina tenha na década de **2020** um novo posicionamento econômico em um contexto global de crescimentos medíocres no melhor dos casos e de retorno de crise desestabilizadora no pior deles. Pelo interior da região, as condições são propícias para dar passos ambiciosos rumo à integração que fazem, por exemplo, que em **2030** um número crescente de empresas compitam em pé de igualdade mundial com produtos de alto valor agregado cujos componentes são elaborados em vários países latino-americanos em cadeias de valor complementadas ao longo de todo o continente americano. Para **2030**, de fato, diluem-se as fronteiras profissionais para os jovens latino-americanos, cujos títulos universitários são reconhecidos não apenas no país de origem, mas também na maioria de países da região, o que expande seu

horizonte laboral pela simplificação dos trâmites para as concessões de trabalho. O mesmo ocorre no exterior da região: em **2030** a América Latina conseguiu uma inserção mais efetiva no contexto global, especialmente com a China e com a região asiática, graças aos avanços em alianças comerciais que permitem homologar normas técnicas, harmonizar normas tributárias, facilitar a chegada de investimentos estrangeiros e flexibilizar cada vez mais a circulação de pessoas, capitais, bens e serviços. A região aprende a exercer um contrapeso efetivo que incide em sua maior relevância geopolítica. É agora uma região que se destaca pelas oportunidades inerentes às características de sua demografia, pois, com relação a outros espaços geográficos no mundo, a América Latina é um continente de milhões de jovens em idade produtiva, que abriga uma próspera classe média, que apresenta melhores indicadores em direitos humanos e que influi positivamente no incremento dos níveis de cooperação recíproca internacional.

Adicionalmente, é uma região que é vital para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental do mundo. O progressivo posicionamento econômico provém em boa parte das reformas institucionais, como do investimento em pesquisa, tecnologia e desenvolvimento agrícola para contribuir no incremento da produtividade e da sustentabilidade da agricultura, que é para **2030** um núcleo essencial dos modelos de desenvolvimento sustentável. Finalmente, começa a tomar forma a ideia de uma região que se constrói na despesa alimentar do mundo graças ao oportuno aproveitamento de seus numerosos recursos naturais. O que a natureza oferece gratuitamente à região é agora um elemento crucial para seu crescimento e desenvolvimento. Em vários casos, as reformas institucionais focam em conjugar a prosperidade coletiva com a sustentabilidade ambiental, sob a consciência de que o futuro da humanidade está nas mãos dos países com altos índices de biodiversidade. O mundo reclama, cada vez com maior voracidade, os bens e serviços ambientais oferecidos pelos ecossistemas privilegiados da região, como água doce, madeiras, fibras e medicamentos. Dessa forma, são criados, em vários países da região, empregos de boa qualidade através do biocomércio sustentável ou do investimento em projetos de turismo ecológico, entre outros.

O que foi mencionado anteriormente apresenta um nexo direto com um dos aspectos que mais chama a atenção mundial no século XXI: a desigualdade. Registra-se em termos gerais um maior financiamento

LINHA DO TEMPO



das políticas sociais que combatem a desigualdade e a pobreza e promovem o emprego qualificado. Além do firme compromisso com a educação pública como via prioritária de mobilidade social, existe um consenso manifesto em vários países latino-americanos para realizar reformas de ampliação da base tributária, de redução dos impostos diretos que todos pagam igualmente, de aumento nas taxações às maiores rendas e, em suma, da concepção de um modelo mais progressivo, em consonância com a maior consciência dos direitos sociais que foi entrando na população do continente. É uma forma propícia que alguns governos específicos encontram para persistir nas políticas redistributivas e para consolidar uma estrutura estatal que esteja à altura dos desafios pendentes. Outros modelos de governança, em troca, persistem na estrutura impositiva tradicional ou fracassam na hora de implantar reformas em tal sentido ante a pressão exercida por alguns setores.

Outra prioridade institucional evidente é a luta contra a discriminação. Entre as demandas de mudança mais habituais se inclui frequentemente a necessidade de garantir uma efetiva sociedade democrática, o que exige reforçar a separação das políticas públicas, dos currículos educativos e a administração pública da religião. Surge, assim, em algumas partes, um influente movimento laico, que une vários crentes e ateus de forma igual pela defesa incondicional da liberdade religiosa, mas só nos limites estritos da esfera individual e privada. Também exige uma maior ênfase em esforços pluralistas para superar progressivamente a desigualdade de gênero e promover a participação ativa das mulheres. Assim, as agendas feministas para demandar melhores salários ou banir símbolos patriarcais ancorados no passado, entre outros, somam novos adeptos ao constatar que as reivindicações de gênero são uma das melhores vias de reivindicar a sociedade democrática para todos os grupos sociais. Em **2030**, um grupo majoritário dos governos, as empresas e as entidades sociais na região está integrado e comandado por uma porcentagem maior de mulheres, que agora gozam de melhores condições trabalhistas e sociais e que persistem assim na luta por seguir posicionando suas pretensões como um pilar fundamental da onda reformista inaugurada na última década.

Essa reformulação democrática na região faz com que na maioria dos países se compartilhe um roteiro coletivo e um norte comum democrático e urbano. Entretanto, e como assinalado previamente,

o balanço ao chegar **2030** é, para muitos, agri-doce, porque os resultados são díspares de acordo com cada país. Em alguns casos se produz um salto qualitativo de desenvolvimento, progresso e equidade no breve lapso de 15 anos. Permanecem alguns atrasos, mas os avanços conseguidos não têm precedentes em nenhum outro momento da história. Existem algumas exceções nas quais se materializam umas reformas, mas outras ficam inconclusas devido aos prazos de negociação se sobreporem à urgência da execução. Em certos casos, as boas intenções sucumbem em grande parte ante uma precária realidade orçamentária que impede a garantia de direitos básicos e um exercício pleno da democracia social.

Em alguns países, acontece também a resistência da elite com todas suas forças às mudanças propostas. Inclusive, em casos minoritários, em **2022** e **2026** e anos próximos chegam ao poder caudilhos com uma clara tendência a reprimir o protesto social e a liberdade de imprensa e a cortar os ânimos reformistas que percorrem por toda a região, ou fundamentalistas religiosos que impõem suas próprias crenças às tendências progressistas que inspiram este ciclo reformista.

Vários dos líderes políticos de maior protagonismo nessa década reconhecem que não existem êxitos absolutos no inclinado caminho ascendente de progresso democrático, pedagogia cívica e na difícil passagem da tolerância à convivência. A característica geral que se vive dia a dia na região é a do predomínio crescente de uma visão que substitui a cultura da polarização para fundir em um mesmo ideal o aprofundamento da democracia, a regeneração da política e o crescimento inclusivo e sustentável da economia, mais além dos interesses mesquinhos e da tendência de resoluções em curto prazo. Forma-se lentamente uma nova geração que se afasta das lideranças personalistas, caudilhistas, messiânicas, patriarcais e autoritárias e valoriza profundamente a democracia, as liberdades individuais, o pluralismo político, a liberdade de expressão, a rotação no poder e a deliberação pública. A maior certeza e o mais relevante ensinamento que se expressa nas novas cúpulas de integração regional é que o futuro da América Latina é promissor desde que continue sendo uma construção de novas gerações em que primem a vontade coletiva e o bem-estar comum.





A DEMOCRACIA EM TENSÃO

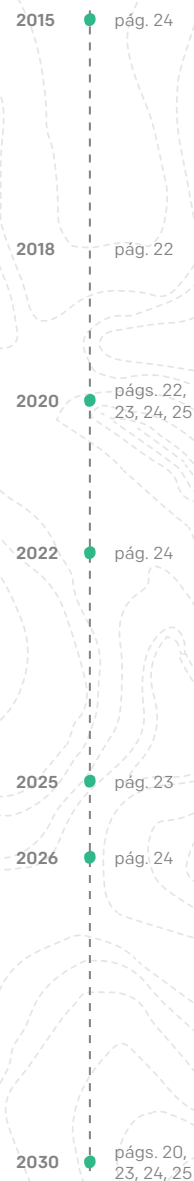
DEMOCRACIA EM TENSÃO

Neste cenário, continuam predominando as lógicas inerciais de concentração ou de reconcentração do poder político e econômico, em uma região que continua marcada por uma cultura política caudilhista, clientelista e com vícios autoritários. Em alguns países e sub-regiões, registram-se avanços sem precedentes em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, mas sem alterar completamente o padrão de desenvolvimento concentrador nem as lógicas da corrupção e da violência, e ainda sob o patrocínio de esquemas de poder que apostam deliberadamente em subordinar as instituições democráticas. Alguns países atravessam crises políticas e se evidenciam em alguns casos retrocessos autoritários pontuais e alguns novos, com consequências graves para a construção institucional e o exercício dos direitos sociais. Em 15 anos se lamentam todas as oportunidades que a região continua desperdiçando para forjar genuínas democracias interculturais. A democracia na região perdurou, mas muito poucos estão satisfeitos com as formas como isso ocorreu. É o cenário da democracia em aparência, da tensão e das disputas de poder entre diversas forças políticas e econômicas e da frustração social.

Desde **2015**, surgem em vários países da região movimentos reformistas que alertam que a América Latina ainda se destaca não só por ter a distribuição de renda mais desigual do mundo, mas também por sobressair à desigualdade política. Baseiam-se em muitos estudos que demonstram que, sem prejuízo do aparecimento de novos atores na política nos anos anteriores, a grande massa de cidadãos não tem acesso às atividades políticas e econômicas. Em muitos casos, são as mesmas caras e os mesmos sobrenomes que continuam ocupando o poder. A informalidade representa uma porcentagem bastante alta da economia latino-americana, equivalente a milhões de pessoas que ganham a vida precariamente fora das margens das garantias e dos direitos oferecidos pelo sistema democrático. Muitos afirmam que os anos de bonança beneficiaram exclusivamente as elites econômicas de sempre, com o que se conclui que os latino-americanos ainda não conseguem conciliar os níveis altos e constantes de desigualdade social com os valores inerentes à democracia.

Para os movimentos reformistas na região, é claro que existe um estancamento democrático que impede uma redistribuição mais equitativa de poder e de rendas. O poder em uns países continua a serviço dos interesses minoritários das tradicionais e poderosas elites políticas e econômicas nacionais e internacionais. Por isso, propõe-se no novo ciclo eleitoral de **2018** e anos próximos superar o estancamento, fechar as brechas estruturais entre Estado e sociedade e restaurar a confiança nas instituições democráticas. Na outra margem, con-

LINHA DO TEMPO



tudo, em alguns países se escondem, na defensiva, certos líderes e movimentos políticos que se postulam ou tratam de perpetuar com a intenção oculta de consolidar a reconcentração do poder na região e neutralizar a democracia a partir da própria democracia.

Em outros países, o poder é usurpado por líderes muito populares que, após romper paradigmas, conseguem avanços quantitativos em matéria de reconhecimento de direitos sociais e culturais e, ao mesmo tempo, em matéria de crescimento econômico e inclusão social. É um poder que gerou uma onda de entusiasmo que se traduz na prorrogação indefinida de seus mandatos e na perda gradual dos controles e contrapesos que caracterizam o sistema democrático. Para muitos analistas, é um processo de diversificação de elites representado por líderes com êxitos eleitorais reiterados e contundentes, mas que enfrentam denúncias específicas de restrição aos direitos individuais, o que os leva a concluir que nesses países a democracia perdurou, mas encarnada na modalidade de um poder unimodal; são democracias em tensão. O desafio de certos movimentos reformistas nesses casos é, em troca, o do aprofundamento da democracia através da consolidação de uma institucionalidade com maior fortaleza e independência. Nesses termos, realiza-se o combate no novo ciclo eleitoral da região em **2018**.

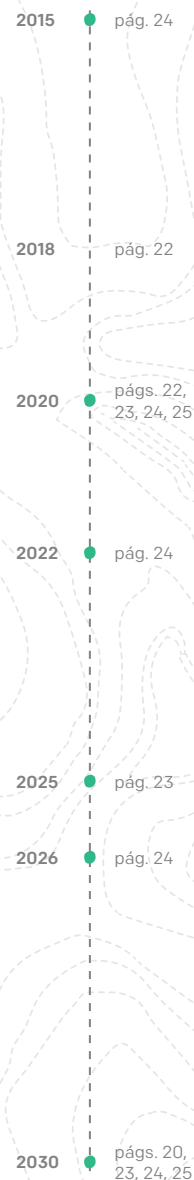
A promessa dos novos líderes reformistas nessas contendas eleitorais é a de obrigar as elites políticas e econômicas a mudar as regras do jogo para consolidar as instituições democráticas e acordar uma visão compartilhada de futuro nacional e regional. Aspiram, como consequência, que os partidos tradicionais entrem na onda da mudança para recuperar o prestígio perdido. Não obstante, as boas intenções se chocam contra a evidência compartilhada por muitos latino-americanos de que os partidos tradicionais ou os novos líderes sociais empreenderam em abundantes casos um caminho sem volta. Desde antes de **2018** deixaram de ser os intermediários entre os interesses e as necessidades dos cidadãos e as ações e decisões do governo de turno. Desde muito antes deixaram de ser estruturas que se conformavam com base em uma ideologia específica. Além do mais, constata-se em vários casos que é o próprio modelo democrático que impôs restrições a reformas significativas. Em muitos casos, a possibilidade de empreender reformas depende de alianças e coalizões que exigem maior ou menor força segundo

cada país, mas que em todo caso enfrenta a dificuldade de uma normativa institucional que torna muito difícil conquistar mudanças profundas. Alguns países contam com uma arquitetura institucional que permite certo espaço às reformas, mas outros sofrem de uma paralisia que provém do núcleo de seu próprio sistema político.

Em suma, e por diversos fatores, para **2018** a política na região deixou de ser um serviço transitório para a comunidade para ser com mais força uma forma de se ganhar a vida perpetuamente. Há vários anos, os partidos são majoritariamente maquinarias eleitorais e, depois da penumbra, são grupos de representação de interesses corporativos em muitos casos com apego a operar por fora da normatividade ou a modificá-la a sua maneira. Reconhece-se que a faceta eleitoral do sistema democrático funciona majoritariamente e relativamente bem. O dilema para os reformistas, contudo, apoia que o eleitorado independente e com critério próprio na região já não confia no sistema político, de modo que se ausenta das urnas onde o sufrágio não é obrigatório e prevalece o voto cativo. O saldo após a finalização do ciclo de eleições é desalentador: em alguns casos persistem as mesmas estruturas excludentes de poder, em outros se reelegem opções que, para muitos, pressupõem um retrocesso democrático, e apenas em casos específicos se opta pela promessa de um salto qualitativo para a política democrática.

Ao longo da década de **2020**, continua a configuração de um mapa político diferenciado na região. Com base nos resultados, muitos na comunidade internacional se questionam se ainda não há um compromisso decidido dos latino-americanos com um modelo mais democrático de sociedade, pelo menos em sua variável liberal, ou se os latino-americanos continuam associando democracia apenas a eleições. As pesquisas recentes demonstram um baixo apego pelos valores democráticos. Outros, ao contrário, assumem que a soberania das forças econômicas na cabeça de indivíduos particulares se incrusta acima da soberania política. Seja como for, o ideal democrático na América Latina continua majoritariamente em vários países a serviço de interesses particulares, de poderes ocultos, externos ou emergentes e de indivíduos ricos e influentes, graças a uma evidente cumplicidade entre o governo e os poderes fáticos, em muitos casos tingida de corrupção e em vários momentos engendrada pelo apogeu de atividades ilícitas, como o contrabando e o tráfico de drogas.

LINHA DO TEMPO



Em alguns países, continuam mandando “os de sempre” e em outros chegaram “os que nunca o fizeram”, mas mesmo nesses últimos casos a inclusão simbólica e real na sociedade não muda a fundo o sentido de polarização. Entretanto, as características predominantes da região são os altos níveis de corrupção e impunidade, a perseguição política e judicial à oposição, a debilitação da separação entre Estado e religião e o assédio à liberdade de expressão, entre outros fatores de menoscabo democrático em um contexto econômico deteriorado que reduz a efetividade dos mecanismos de inclusão social. Por isso, a década de **2020** é reconhecida em muitos meios de comunicação e relatórios acadêmicos como a nova década perdida da América Latina. As reformas para regular e limitar o exercício do poder continuam no limbo. As instituições excludentes demonstraram assim sua vocação de permanência ao longo dos séculos. As únicas que continuam sendo beneficiadas por esse panorama são as elites políticas e econômicas.

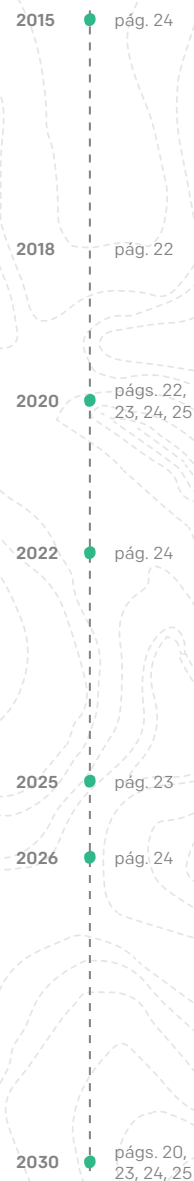
Um influente grupo de jornalistas independentes da região se une entre **2020** e **2025** em um esforço conjunto com muita ressonância em nível mundial para superar a barreira das restrições à liberdade de expressão e trazer à luz os múltiplos poderes econômicos ocultos da região, denunciando assim o que denominam como a desvalorização, ainda maior que antes, do comportamento cívico por uma parte dos que ostentam uma posição de poder ao longo da América Latina. Segundo as investigações, trata-se de uma elite que chega à cúspide do poder graças ao intervencionismo, à ausência de concorrência e aos estreitos elos com a política e que impõe uma voracidade imediatista enfocada unicamente nas vantagens econômicas. Em uma coalizão de meios independentes se exibem provas de como essa parte da elite sustenta e financia cada passo do processo de reconcentração de poder, promovendo dessa forma seus próprios candidatos para as instituições democráticas e impulsionando subsídios, regulações, sentenças e decisões executivas dirigidas apenas para seu próprio benefício ligado, sobretudo, às indústrias extrativistas e não à atividade econômica inovadora. Como consequência, não acabam de determinar os valores da responsabilidade social na maioria dos países e o único paradigma desejável da ação do Estado é o da eficiência econômica que continua aprofundando a desigualdade social.

A imprensa independente e alguns movimentos reformistas opositores denunciam assim que as decisões transcendentais para a sociedade

provêm em vários casos dos grandes interesses econômicos e políticos que, além disso, não prestam contas de seus atos ante os cidadãos. O poder tradicional procura distorcer os argumentos com os quais se defende a necessidade de uma mudança que fortaleça as instituições democráticas. Por causa disso é concedida tanta importância ao controle dos meios de comunicação. Na década de **2020** pululam na América Latina os casos de restrições à liberdade de expressão. A informação que os cidadãos recebem é considerada por muitos como uniforme e superficial. A Internet serve em uns casos para unir, mas em outros para fragmentar ainda mais os cidadãos. O exemplo de agressividade e intolerância política no debate público salta das instâncias governamentais aos meios virtuais.

São poucos os países da região que chegam a **2030** com economias mais diversificadas e produtivas; e com menor produtividade, menor integração regional para competir em pé de igualdade com outras regiões do mundo. O sistema de livre mercado não gera ainda oportunidades para a maioria das pessoas. Vários países continuam dependendo da extração de recursos naturais, da exportação de bens primários e do consumo interno subsidiado. A regra geral é a de um modelo de desenvolvimento que depende dos fatores externos. A região como um todo não é capaz ainda de gerar empregos suficientes, e menos ainda empregos dignos e de qualidade, nem de ser competitiva no mercado global. Não consegue atrair investimento estrangeiro suficiente nem elevar os salários reais, e também não consegue aproveitar de forma generalizada a biodiversidade da região como vantagem competitiva. Em vários casos se frustram os projetos para promover a investigação em ciência e tecnologia que contribuam para impulsionar o desenvolvimento de novos medicamentos ou novas formas de produtividade agrícola. Além disso, agravam-se os problemas ambientais, em prejuízo principalmente da população mais pobre, que sofre as consequências das mudanças em padrões agrícolas, dos desastres climáticos, da fome e da falta de água potável. O desenvolvimento de projetos mineiros e petroleiros e de extração de florestas continua afetando boa parte do ecossistema da região. Várias comunidades rurais e povos indígenas incorrem em esforços especiais para preservar seus recursos ambientais, mas os resultados bem-sucedidos são insuficientes frente à grandeza do problema.

LINHA DO TEMPO



Em tal contexto, outro processo predominante de vários países de América Latina nos ciclos eleitorais de **2022** e **2026** continua sendo o surgimento ou consolidação de governos de caráter eminentemente autoritário e caudilhista, que despertam no início grandes esperanças no eleitorado que os elege. São governos que costumam invocar a vontade popular para justificar cada um de seus atos, que se enquadram normalmente em termos de maior igualdade social. Seus líderes gozam de muito carisma e constantemente invocam uma narrativa que lhes permite forjar uma maior identificação com as classes populares e denunciar as falências do sistema democrático tradicional.

Por sua vez, os opositores sustentam que são governos alheios a qualquer sentido de acordo, o que limitam os consensos na agenda econômica, mas não na política. Declaram que neles primam a polarização política e a desqualificação do outro sobre o diálogo e a negociação, o que debilita ao máximo o debate público. Alertam que esses governos buscam usualmente modelar as normas a seu arbítrio e controlar tanto o poder legislativo quanto a administração de justiça em detrimento da necessidade democrática da separação de poderes. Denunciam como neles predominam os discursos eloquentes e o culto à personalidade ante a ausência de programas concretos e de mecanismos de rotação efetiva de poder. Adicionalmente, manifestam que a administração estatal se enche de pessoas sem o conhecimento, a experiência e a abertura mental necessários para uma responsabilidade pública. Em muitos casos, o Estado perde sua capacidade operativa e delega cada vez mais a gestão pública em mãos privadas. Como não há controles, concluem, há menos mecanismos de fiscalização e de prevenção da corrupção. Como também não há garantias, a luta contra o crime organizado se realiza a partir da repressão e não a partir da prevenção. Em todo caso, em **2030** a América Latina continua sendo a região mais violenta do mundo. Os índices de violência não recrudescem, mas também não melhoram: subsistem em um espaço de “normal anormalidade”.

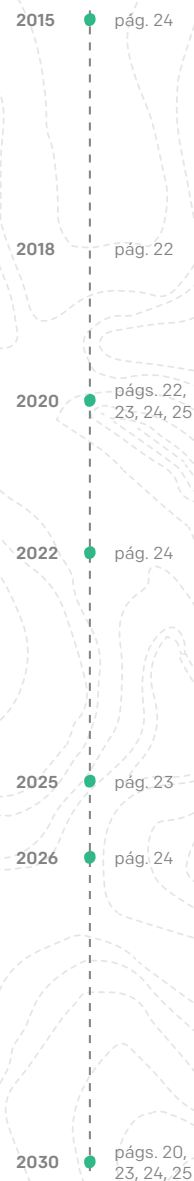
Em outros casos, em que as instituições são mais frágeis e as brechas socioeconômicas mais amplas, nem sequer é necessária a presença de uma liderança caudilhista definida para impedir uma renovação democrática completa. Os mesmos resultados em termos políticos se observam desde **2022** em contextos de apatia e indignação generalizados, que derivam em processos de vazio de

poder e de instabilidade. Em alguns países com grandes níveis de descontentamento, produz-se uma varredura do sistema de partidos tradicional e chegam movimentos eleitorais bem-sucedidos, mas a correspondente gestão de governo desfaz as promessas que sustentavam o movimento. Dessa forma, os poderes estruturais se mantêm e se deslegitima ainda mais a política, mas por caminhos diferentes dos mencionados. Contudo, na maioria dos casos, aprofunda-se o ceticismo e os cidadãos se afastam de atividades cívicas e do trabalho em redes organizadas em torno a propósitos comuns. Predominam a desconfiança e a frustração que submergem na maioria na evasão dos assuntos públicos. Além disso, em casos específicos chegam ao poder fundamentalistas religiosos que buscam estender a ingerência de seus preceitos religiosos na esfera estatal, o que implica um retrocesso evidente para a vigência dos direitos cidadãos.

Ao analisar a década de **2020**, os meios de comunicação independentes coincidem com os acadêmicos ao concluir que não há uma exigência consistente da sociedade para o planejamento sistemático de um melhor porvir. Algumas tentativas de reforma tributária para balancear as cargas entre ricos e pobres e traçar melhores políticas redistributivas são abortadas no processo legislativo em certos países por parte de senadores e representantes, pois atentam contra os interesses dos poderes fáticos. O ritmo de redução de pobreza e desigualdade que houve na primeira década do século é consideravelmente freado. O gasto social enfoca não como investimento de capital humano em longo prazo, mas sim como meio para manter satisfeito um eleitorado cativo e dependente do poder e consolidar um modelo de sociedade de baixa intensidade. As grandes cidades crescem e em alguns casos colapsam pela incapacidade na gestão pública para fornecer elementos básicos, como a água.

Em resumo, entre **2015** e **2030** a região como um todo não experimenta avanços consideráveis em matéria de pobreza, desigualdade, corrupção e violência. Logicamente, a região em **2030** é muito diferente do que era em **2015**, mas persiste um modelo democrático que difere na teoria e na prática. A noção de democracia deixa de ser em vários países uma construção coletiva permanente e passa a ser com maior ímpeto uma fachada atrás da qual se esconde uma poderosa plataforma para a defesa de interesses econômicos e políticos particulares e, em muitos casos, ocultos. Ao contrário, outros países

LINHA DO TEMPO



exibem maiores progressos na ampliação e aprofundamento dos direitos econômicos, sociais e culturais. Entretanto, questiona-se que o entusiasmo gerado por esses avanços tenha derivado paradoxalmente uma debilitação de certos elementos constitutivos da democracia, como a alternância do poder e a independência dos poderes públicos.

Como mencionado, também se conformam novos espaços de resistência entre **2020 e 2030** que revestem de novo dinamismo o debate público ao se opor por completo ao modelo de sociedade coagida, condicionada e clientelista. São grupos para os que a lógica do poder tradicional não tem por que ser a camisa de força que sempre foi. Em distintos países da região se conformam movimentos populares e de jovens que provocam mobilizações para interpelar o poder. Inclusive conseguiram reverter, bloquear ou adiar decisões que afetam direitos e liberdades. Outros grupos que refletem a diversidade da sociedade civil por tratar de reivindicar as identidades étnicas, de gênero e de orientação sexual exigem maior relevância, principalmente nos casos nos quais se diluem as barreiras entre a ação pública e as crenças religiosas. Dessa forma, consolida-se certa margem de influência para, pelo menos, assediar a tomada de decisões e encurralar alguns processos contra interesses cidadãos. Vários setores da sociedade civil se confabulam para usar ao máximo as possibilidades das ferramentas tecnológicas em defesa de causas comuns ou para difundir informação fidedigna através de rádios comunitárias e sites independentes da Internet. Entretanto, esses esforços não são suficientes: o impulso de mudança não alcança executar estratégias de transição democrática que implique um salto qualitativo.

Ao chegar a **2030**, os meios de comunicação mais importantes do mundo coincidem que não há muito que celebrar no que se refere ao progresso dos elementos constitutivos da democracia na América Latina. Logicamente, há diferenças entre países e, sobretudo, no interior de cada país. Contudo, a nota predominante para os principais meios do mundo é a ausência de um adequado equilíbrio no exercício do poder, ou da interação equilibrada entre políticos, empresários e líderes da sociedade civil. Segundo eles, não há papéis complementares e definidos, mas sim um esquema de preservação de instituições extrativistas que fecha as portas da inclusão política, econômica e social para a maioria dos cidadãos. As pesquisas com latino-americanos corroboram que persiste baixa confiança na política e um déficit

democrático crônico na região que gera altos níveis de insatisfação.

Não apenas os meios internacionais, mas também muitos analistas e acadêmicos latino-americanos afirmam que a democracia da região em **2030** de fato é, antes de tudo, um rótulo no qual se disfarça o exercício da política sob as ordens de interesses particulares de uma estreita elite de origem histórica ou recente, que prevalece a expensas do grosso da sociedade. Os limites ao exercício do poder são difusos, bem como insuficiente é a distribuição pluralista do poder no interior da sociedade. A opinião majoritária é que as possibilidades coletivas de mudança e transformação em matéria de justiça social, produtividade econômica, sustentabilidade ambiental e, em geral, de ampliação de direitos e de garantias, continuam paralisadas em uma importante proporção da região, cujos cidadãos aprendem paulatinamente a rejeitar totalmente a política. Por isso, alertam que a América Latina continua submersa no subdesenvolvimento democrático, sem importar que as expectativas e o potencial para seu desenvolvimento sejam muito maiores. Assim, para muitos, **2030** encerra uma nova década de oportunidades perdidas e frustrações generalizadas para os latino-americanos.



A DEMOCRACIA EM

MOBILIZAÇÃO

DEMOCRACIA EM MOBILIZAÇÃO

Neste cenário, a mobilização social consolida sua capacidade de interpelar sobre a democracia e começa paulatinamente a promover transformações de toda índole e de distintos alcances. Fatores como o avanço permanente da inovação científica, a expansão da era do conhecimento, o acesso mais amplo às novas tecnologias, a continuidade democrática na região, a capacidade de articulação da diversidade e a compreensão dos efeitos negativos das agendas globais e regionais, somados à aprendizagem gerada por conquistas alcançadas em estratégias de impacto que combinam tecnologia, uso do espaço público, incidência institucional, criatividade e presença em meios de comunicação inovadores impõem alguns limites aos abusos de poder público ou privado e geram uma prematura, porém concreta incidência em políticas públicas que garantem maior inclusão social. Dessa forma, a mobilização social deixa claro em múltiplos casos as limitações da democracia, da institucionalidade e dos alcances do estado nação. A comprovação de que as ações individuais e coletivas da sociedade, mais além da ação do Estado, geram mudanças sociais pontuais que, articuladas, podem se transformar em mudanças sistêmicas ou transformações de escala para solucionar problemas públicos específicos renova o modelo democrático tradicional ao combinar a lógica de representação política nas instituições com a lógica de legitimidade social na participação. Em particular, a organização de esquemas de cooperação horizontal com múltiplos atores conduz a um empoderamento social mais estendido e transparente. Ao longo de 15 anos são gerados benefícios concretos a partir das novas formas de participação que transcendem a órbita das instituições e as convocatórias organizadas pelos espaços tradicionais e, ao mesmo tempo, visibilizam-se os riscos de cooptação pelos poderes fáticos e reais e que a mesma tecnologia acabe limitando seu impacto. É o cenário da mobilização, da pressão e da criatividade popular frente ao poder tradicional.

Desde **2015**, multiplicam-se as vozes na região que denunciam os limites que se derivam da noção tradicional da institucionalidade democrática. Advertem que qualquer iniciativa de reforma em áreas como as de educação, saúde, meio ambiente, gestão pública ou inovação urbana, entre outras, tem enormes possibilidades de naufragar no debate público, manipulado pelos interesses particulares e pelos poderes fáticos, ou de que se dilua sua sustentabilidade no tempo ante a abundância de deliberações e controles que tiram efetividade das políticas públicas. As maiores expectativas de uma crescente classe média na região com maior poder

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 26, 29

2016 • pág. 28

2020 • págs. 22, 23,
24, 25, 29, 30

2022 • pág. 29

2026 • pág. 31

2030 • págs. 31

aquisitivo e maior cultura cívica se traduzem em uma crescente impaciência ante a lentidão com a qual se acolhem as propostas de mudança e se brinda efetiva resposta às necessidades sociais. Muitos, além disso, assinalam a impossibilidade de identificar-se com os políticos e os partidos tradicionais, nem sequer onde os governos, recentemente eleitos, têm ainda um prestígio majoritário.

O que foi comentado anteriormente nos leva a um questionamento permanente e cada vez mais evidente a partir da sociedade civil latino-americana da legitimidade e da relevância do marco institucional atual, sobretudo considerando a crescente heterogeneidade de uma população que já não se sente representada por suas próprias instituições. Ao mesmo tempo, são milhares os cidadãos que se negam a ficar de braços cruzados, sem um papel ativo nas questões que mais os afetam. A democracia tradicional, em uma opinião cada vez mais comum, é incapaz de resolver os problemas estruturais do século XXI, como a mudança climática e o aumento da desigualdade. Como para muitos a democracia não funciona bem e não se empreendem os esforços necessários para reformá-la, a própria sociedade é que deve tomar consciência de sua efetiva capacidade para a transformação social.

As sementes da insatisfação e o compromisso público começam assim a germinar com maior força. Desde **2016**, assume maior impulso o processo que se denomina como a Primavera Latino-Americana. Seus antecedentes imediatos são as manifestações massivas em países como a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala e México, em alguns casos para salvaguardar os direitos civis e políticos, em outros para exigir avanços nos direitos econômicos, sociais e culturais e em outros ainda para exigir condições mínimas de segurança, de justiça e do fim da impunidade. Entretanto, o que estala a partir de **2016** é de maiores proporções. Milhões de cidadãos, especialmente jovens, saem às ruas da maioria das cidades latino-americanas convocados em redes sociais com a intenção de estremecer os fundamentos do modelo econômico e político de cada país. Aflora a insatisfação generalizada pela falta de legitimidade das instituições políticas e judiciais e pelas deficiências e más práticas em matéria de gestão pública. Em alguns eventos prima o protesto cívico e em outros primam as condutas violentas de grupos radicais. Contudo, o impacto das manifestações faz com que o tradicional conceito de aquecimento global se estenda

agora na América Latina para a ideia de aquecimento social. Em muitos casos, as ruas se enchem de reivindicações contra os relatos e discursos demagógicos, a cultura da confrontação e o círculo vicioso do clientelismo, a corrupção e a impunidade. São principalmente os jovens que se apropriam do mal-estar a partir da ausência de respostas a suas próprias expectativas de desenvolvimento.

A tensão política em nível doméstico e regional é inocultável, mas mesmo assim os resultados são insatisfatórios porque as reformas inspiradas nas marchas são insuficientes e não há uma verdadeira sacudida das instituições de poder vigentes. Não obstante, a Primavera Latino-Americana é o motor de início de uma década na qual predomina um maior empoderamento cidadão. O emblema predominante é o da necessidade de se estabelecer mecanismos para “organizar os desorganizados” e opor com maior vigor a influência negativa dos Estados cooptados por interesses minoritários e penetrados pela corrupção ou pelo crime organizado. Ante a ausência de um novo contrato social implícito que restabeleça as relações entre cidadãos e instituições, multiplicam-se as organizações da sociedade civil e os indivíduos cuja atividade pública se inscreve fora das margens da política oficial.

Sob a convicção aprendida de que os protestos de rua são um meio que causa muito barulho midiático, mas que têm efeitos efêmeros, múltiplos grupos da sociedade civil se integram e organizam em torno a experimentos recentes ou recorrentes de caráter agrário, político, empresarial, cultural, de vizinhos ou religioso, que em alguns casos buscam interpelar e questionar a ação do Estado e em outros pretendem substituí-la ou complementá-la através de soluções, principalmente em escala local, que transcendem em muitos casos as possibilidades institucionais. Muitos setores na região se tornam indiferentes ao debate político, às contendas eleitorais e às pessoas que chegam ao poder. De fato, contam com canais de participação e meios de influência muito mais diretos, imediatos e efetivos que o voto, e sua ação se produz independentemente da ideologia, bandeira política ou desempenho administrativo dos governantes atuais.

Com o respaldo de novas tecnologias de comunicação e de troca de conhecimentos, que não se limitam apenas à Internet, bem como de nodos sociais com uma atitude mais pragmática e menos ideologizada, surgem novos agentes de mudança encarnados em

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 26, 29

2016 • pág. 28

2020 • págs. 22, 23,
24, 25, 29, 30

2022 • pág. 29

2026 • pág. 31

2030 • págs. 31

coalizões cívicas coesas em torno ao cumprimento de sonhos comuns e metas específicas que se somam aos já poderosos movimentos de base existentes para **2015**. Trata-se de inovações que provêm da sociedade, não do Estado. Em torno de **2022**, em imediações de um novo ciclo eleitoral, revela-se que aproximadamente um a cada três latino-americanos faz parte de uma dessas coalizões ou colabora ativa ou passivamente com seu trabalho, seguindo assim uma tendência mundial de ativismo que cresce ao longo do planeta e que postula sérios desafios ao poder tradicional. As pesquisas revelam que a inconformidade latino-americana não é com o sistema democrático em si, mas com os partidos que o representam e com o exercício da política que o desfigura e dissolve, enganando usualmente os cidadãos menos favorecidos e inscrevendo acordos obscuros entre os governantes atuais e muitos poderes fáticos.

Para muitos, as instituições nunca poderão estar à altura das expectativas mais sofisticadas da sociedade civil. Somente em alguns casos de países latino-americanos se registra uma sacudida institucional causada pela pressão popular, mas o que mais abunda são casos de reformas específicas geradas pela mobilização popular que em pouco contribuem para incrementar a satisfação dos cidadãos. Entretanto, persiste o cansaço pela ineficiência e pela corrupção. Ante a impossibilidade de uma mudança sistêmica em vários países da região, são os próprios cidadãos que assumem a responsabilidade de algumas causas específicas, sem depender necessariamente dos políticos eleitos nos comícios ou dos especialistas que influem na agenda pública.

A mobilização social a partir de suas diversas redes de trabalho demonstra ser um potente meio para transformar a indignação em ação, convocar mais pessoas e aportar maior dinamismo e inovação na resolução de problemas sociais. Na década de **2020**, em vários países da região subsistem modelos replicáveis de experimentação democrática, sobretudo em nível local e regional e, às vezes, em nível nacional, em assuntos como a segurança alimentar, o desenvolvimento econômico local com novas formas de comercialização baseadas em modelos de economia sustentável e justa, as novas conquistas de direitos dos povos indígenas e a democratização dos meios de comunicação. Emergem também novos modelos de educação e novas formas de produção e disseminação do conhecimento, o que provoca uma transformação nas universidades e

em muitos dos tradicionais centros de monopólio do saber. O ideal democrático regional é agora mais flexível e com um aspecto muito mais local, e muito mais pessoas aportam seu conhecimento e experiência em causas específicas de progresso social. Dessa forma, são reproduzidos os casos nos quais a sociedade civil se organiza para impulsionar projetos produtivos, ou para oferecer melhores condições de educação e saúde a populações vulneráveis, ou para renovar o entorno urbano, entre outros exemplos nos quais o Estado costuma se destacar por sua ausência, fragilidade ou obsolescência.

Em outros casos, a organização da sociedade civil permite exercer o direito de protesto de forma mais inteligente e contundente e empreender batalhas de inclusão social e oposição ao poder tradicional. Exige-se que a relação com as instituições públicas passe de unidirecional a bidirecional, porque os cidadãos contam agora com meios de participação mais imediatos que o voto. Em nível local, por exemplo, ganha maior força o modelo de orçamentos participativos e se impõem novas formas de fiscalização, nas que se exerce maior pressão para que os governantes assumam por completo a responsabilidade política pelo fornecimento e pela qualidade dos bens públicos que a comunidade precisa e demanda. Desse modo, os ativistas acodem a todos os meios possíveis dentro e fora da Internet, a todos os meios convencionais e alternativos a seu alcance, para gerar uma maior pressão pública e midiática aos poderes fáticos no setor público e nas empresas e garantir, consequentemente, o predomínio do interesse coletivo sobre o particular.

A região se converte assim em um interessante laboratório em nível mundial de mobilização pública e se multiplicam os exemplos que demonstram que a gestão pública em alguns casos pode sim ser moldada segundo as expectativas sociais. Tanto o Estado quanto as empresas são interpelados cada vez mais. São declaradas algumas batalhas contra as restrições à liberdade de expressão, canalizando informação independente e colocando um alto-falante de difusão internacional na boca de vozes opositoras. Outras se iniciam contra a corrupção, gerando melhores mecanismos de fiscalização e escrutínio público. Em países com um desvio autoritário mais marcado, a pressão popular recorre a todos os mecanismos a seu alcance para denunciar e neutralizar os abusos do poder. Inclusive nos regimes com maiores qualidades democráticas, a pressão popular consolida

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 26, 29

2016 • pág. 28

2020 • págs. 22, 23,
24, 25, 29, 30

2022 • pág. 29

2026 • pág. 31

2030 • págs. 31

em muitos casos sua capacidade de impedir a materialização de ações de governo com as quais não está de acordo, ou de limitar ou vetar a influência de organizações como, por exemplo, as de lobby empresarial quando agem em benefício exclusivo de uns poucos. As alianças com múltiplos atores são agora mais comuns e não há mais remédio para as corporações que incluir em sua agenda as prioridades sociais, sobretudo em matéria ambiental. Para muitos, na América Latina da segunda década do século XXI, vive-se a democracia na pele, com uma apropriação coletiva de interesses comuns mais além do tradicional esquema representativo e com um monitoramento e controle da gestão de governos e empresas.

A lição primordial que desde então recebem os políticos e empresários é, para muitos, bastante clara: a voz dos cidadãos importa cada vez mais. Os cidadãos se organizam progressivamente para exigir não apenas mais desenvolvimento econômico, mas acima de tudo, maior desenvolvimento humano. É esse recente barômetro do bem-estar que pouco a pouco determina o sucesso ou o fracasso na gestão pública latino-americana. Em alguns casos, os governantes tomam conhecimento do fenômeno. Desse modo, a descentralização paulatina do poder, a responsabilidade coletiva em assuntos públicos, a inclusão e o pluralismo são fontes de inspiração cada vez mais reais e sem as quais é impossível a cabal compreensão da sociedade latino-americana no século XXI.

Não obstante, não passa muito tempo para que a mobilização pública comece a mostrar suas próprias limitações em vários países da região. Muitos reconhecem que os processos de ativismo social sofrem de altos e baixos frequentes. Os líderes sociais muitas vezes caem sob a mira de grupos paramilitares ou das próprias forças militares de alguns países com uma maior propensão à repressão da sociedade civil. Em alguns casos, surgem líderes influentes que encarnam as reivindicações de grupos sociais, ao estilo do que ocorreu em anos anteriores em certos países europeus. Alguns deles formam partidos políticos e participam em eleições, em vários casos apelando a premissas de caráter populista, mas, ao chegar ao poder, adotam os mesmos hábitos e condutas dos políticos tradicionais ou enfrentam os mesmos obstáculos de seus antecessores, o que gera novas frustrações e questionamentos desde alguns setores por ter sucumbido à tentativa da “institucionalização”.

Principalmente, evidenciam-se cada vez mais os limites de se trabalhar com uma estratégia que em muitos países da região se traça em confrontação direta com o Estado. Os membros das redes se dão conta de que com os frutos de seus esforços ganharam batalhas significativas, mas restam muitos retrocessos para remediar. Um balanço estatístico em meados da década de **2020** demonstra, ademais, que o ativismo social foi mais efetivo na hora de assediar, postergar e diluir as ações estatais que no momento de assumir um compromisso de longo alcance com os problemas mais graves da região. Em vários casos, conclui-se que a capacidade de encurralar a ação política ocorre em detrimento do próprio interesse cidadão. Muitos aprendem que é mais fácil ser um meio de oposição que uma plataforma com programas definidos, especialmente quando se leva em conta que boa parte dos cidadãos proativos se mobiliza mais por questões muito delimitadas que os afetam de forma direta e particular, que por uma visão geral de sociedade e de futuro.

Desde o começo de **2020**, aproximadamente, os latino-americanos são testemunhas de como certas organizações de ativismo inspiram alguns grupos com expectativas e valores nem sempre democráticos. São, às vezes, o combustível de partidos extremistas e de ideias populistas, xenófobas ou próprias do fundamentalismo religioso, entre outros paradigmas cujo apogeu relativo lamentam os ativistas de boas intenções. No debate público, aumenta a agressividade e polarização, porque muitas redes de ativistas se convertem principalmente em uma catarse para os sentimentos de ira e frustração e para a simplificação de questões públicas, cuja análise requer um maior grau de complexidade e de matizes. São reproduzidas com inusitada frequência as ideias nocivas, as mensagens dos falsos especialistas e os delírios de líderes populistas, que prometem soluções irrealizáveis e atizam o ódio na menor oportunidade. Para muitos, o resultado do anterior é, essencialmente, o da trivialização da política, o que implica que no final não haja um impacto tangível na renovação democrática ou nas melhores condições institucionais em muitos países da região.

De fato, muitos analistas desses novos fenômenos que ganham cada vez mais força na década de **2020** advertem que as forças sociais, quando agem em aberta oposição ao Estado, contribuem em muitos casos para fragmentar o poder, o que impede chegar-se a consensos mínimos que são, para uma grande maioria, a única via possível para

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 26, 29

2016 • pág. 28

2020 • págs. 22, 23,
24, 25, 29, 30

2022 • pág. 29

2026 • pág. 31

2030 • págs. 31

reformular as instituições e garantir índices crescentes de bem-estar e progresso. Dessa forma, gera-se um círculo vicioso de desconfiança mútua e interferência na gestão, ou inclusive de paralisia, que afeta em muitos casos os habitantes mais pobres da região. Uma má concepção do ativismo demonstra em alguns exemplos em países da região ser um aliado da disfuncionalidade administrativa e do estancamento no processo de resolução dos problemas mais graves.

Apesar do mencionado anteriormente, o empoderamento social na América Latina continua sua marcha, e seu papel continua sendo crucial na hora de preservar o funcionamento democrático. Ao chegar o ciclo eleitoral de **2026**, vários líderes e porta-vozes reconhecidos na região sustentam que, apesar da relevância da tarefa cumprida até o momento, as inovações participativas não podem por si próprias oferecer soluções permanentes a problemas estruturais e que, portanto, jamais poderão substituir o Estado. Por sua vez, assinalam que o que se pode conseguir é uma redistribuição do poder e uma alternativa de pressão com a capacidade de reforçar a ação das instituições públicas, de desdobrar reformas estruturais dos partidos políticos e de consolidar o exercício democrático dos países na região, mesmo com os naturais riscos de cooptação por parte do Estado. Concluem, portanto, que a pressão social é cada vez mais influente para os que insistem em fechar as portas do poder político para a grande massa de cidadãos da região. Nos últimos estertores da década se empreendem por fim, e com graus variáveis de sucesso, algumas reformas ao longo do continente para ampliar formalmente a participação social, distanciar os vínculos entre o poder político e o poder econômico e reforçar os governos locais a partir de uma perspectiva na qual primam a visão e o interesse social.

É em nível local, precisamente, que se encontram mais exemplos de trabalho conjunto para diminuir distâncias entre cidadãos e Estado, o que alguns denominam como “Estado-rede”. Casos como os de artistas que redesenham fachadas e bairros em degradação com o respaldo do governo local, ou de ativistas que conseguem erradicar a crueldade animal por meio de alianças e de manifestações com eco na opinião pública, ou os jovens que organizam eventos culturais contra a violência ou o machismo com o respaldo estatal, ou os de jornalistas que fundam novos meios comunitários com financiamento estatal parcial, mas com estritas condições de independência, ou populações

locais que trabalham na interação público privada para a inclusão plena dos grupos menos favorecidos, ou alianças estratégicas entre Estado e sociedade para garantir um marco jurídico estável com foco na sustentabilidade produtiva, ética, ambiental e social e com exigências específicas de segurança alimentar, energética e ambiental são referenciais latino-americanos de inovação cívica e dinamismo que se estudam e emulam em outras cidades do mundo. Também se acumulam experiências falidas e eventos de ruptura entre Estado e sociedade que operam igualmente como referenciais da complexidade resultante de se passar de boas intenções a resultados sustentáveis.

Por isso, o potencial da pressão popular a partir de **2030** se explica especialmente na criação de alianças e círculos virtuosos para o desenvolvimento de uma cultura de participação social estável que diminua as brechas entre uma sociedade civil dinâmica e sofisticada, uma versão 3.0, e um Estado submerso na letargia de uma versão 1.0. Muitos analistas desses fenômenos concluem em **2030** que a mútua colaboração e o permanente intercâmbio de ideias são o único caminho para se conquistar uma democracia verdadeiramente inclusiva e não uma sociedade meramente declamativa. Próximo a uma nova década, os latino-americanos entendem que a condição para assumir e exercer o poder necessário para superar os males endêmicos da região é a confiança recíproca, entre eles mesmos e com seus representantes no Estado, especialmente em momentos nos quais as ameaças da desigualdade, as crises econômicas e a degradação ambiental estão mais vivas que nunca.





A DEMOCRACIA EM AGONIA

A DEMOCRACIA EM AGONIA

Neste cenário, a democracia se vê apropriada em boa parte da América Latina pela influência depredadora do comércio ilícito que prevalece sobre a ação do governo ou convive com ela. Os cidadãos oscilam entre o cinismo e em alguns casos a desesperança, em que o território é governado de fato pelo crime organizado que impõe força e mostra certa força de prosperidade temporal, e em outros casos o terror, em que o território se encontra em disputa. O sistema de tomada de decisões políticas se torna funcional a uma série de interesses opacos que disfarçam suas verdadeiras intenções detrás de imaginários e demandas cidadãs legítimas. A corrupção se consolida como o *modus vivendi* de políticos, empresários e criminosos de forma igual, que vivem e prosperam à sombra do Estado. As atividades ilícitas reconfiguram não só o monopólio do poder estatal como também a atividade empresarial legítima e as pautas de convivência em cidades e bairros. Três lustros de violência consolidam territórios fora do controle dos Estados nacionais e, ainda mais grave, alguns Estados falidos que a comunidade regional e internacional apenas trata de conter. O destino comum das democracias da região está em suspenso. É o cenário da violência, do medo, da sensação de derrota e do sequestro da democracia.

Desde **2015**, registra-se um afastamento ainda maior entre os partidos políticos e os cidadãos. As finalidades ideológicas e programáticas dos primeiros se convertem cada vez mais em instrumentos funcionais da corrupção e do crime. São agora maquinarias eleitorais, oportunistas e clientelistas financiadas pelo crime organizado e pelos poderes fáticos de empresários que devem suas fortunas à permanente convivência com as debilidades do Estado. Como os partidos vão conseguindo maiores entradas e maior capacidade convocatória, sufocam com frequência as iniciativas de cidadãos bem intencionados, mas sem os meios suficientes para que sua mensagem chegue à população. Os paradigmas antigos da política tradicional se consolidam como a regra comum e se popularizam assim premissas como “um político pobre é um pobre político”. Uma vez chegados ao poder, os representantes devem prestar contas e ser funcionais aos interesses privados dos que os financiaram e os elevaram.

Em todo caso, desde **2015** se torna evidente em vários casos que o crescente vazio estatal não significa o desaparecimento da burocracia: o que vai ficando é uma estrutura administrativa rudimentar, com estreitas margens de ação política, com capacidade de execução muito limitada e sem mecanismos nem incentivos para sua profunda renovação. Enquanto isso, os grupos especialmente vulneráveis continuam à deriva, sem uma atenção focada do Estado para prevenir sua inserção no mundo da ilegalidade. E, sobretudo, não existe em muitos países

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 32, 35, 38

2016 • pág. 34

2020 • págs. 34, 36

2030 • págs. 34,
35, 36, 37

da região a suficiente vontade política para aprender dos erros do passado, traçar uma visão coletiva que depure a administração pública e afrontar a luta contra o crime com uma combinação de pragmatismo, responsabilidades comuns, transparência e prevalência dos direitos e garantias fundamentais próprias de um Estado democrático.

A desunião e a ausência de visão e de vontade política se tornam visíveis, por exemplo, na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada ao tema de drogas de **2016** (UNGASS, por suas siglas em inglês), ocasião que muitos consideram propícia para chegar a uma posição em bloco que permita impulsionar eficazmente certas reformas às políticas de drogas que tanto impacto têm na estabilidade da região. Entretanto, dos governos latino-americanos prima em alguns casos a passividade; em outros, a conveniência; em outros, ainda, o fundamentalismo moral e, em todos, a ausência de audácia. Em muitos deles se propaga a apreensão a impulsionar opções diferentes por temor a sanções econômicas internacionais ou, simplesmente, cedem à consuetudinária oposição da opinião pública latino-americana às reformas das políticas de drogas e à regulamentação da maconha. Isso impede chegar ao acordo com consensos mínimos regionais em matéria de enfoques alternativos para enfrentar um problema que por definição é transfronteiriço e que por isso requer soluções que transcendam a figura dos estados-nação. Pouco se consegue ao final da sessão, apesar de que em outras latitudes se assinam consensos majoritários a respeito, referendados democraticamente, particularmente no que concerne às políticas de redução da pena e à necessidade de assumir o consumo como um problema de saúde e não penal.

O paradigma legal e institucional de luta contra as drogas que se dirige ao combate militar contra a oferta e que impera há vários anos na região continua assim vigente, com raras exceções, o que explica, segundo muitos estudos, o recrudescimento da violência e a expansão dos vínculos entre os narcotraficantes e a mudança política, econômica e social de um grupo crescente de países na região. De fato, muitos analistas coincidem em que ao finalizar a segunda década do século XXI não há um só país na América Latina alheio ao raio de ação do tráfico global de drogas. Enquanto isso, o consumo de drogas ilícitas no mundo continua constante.

O dilema não se limita apenas ao narcotráfico. Como acontece com tanta frequência na história, as ameaças não terminam, mas se transformam, agora com o respaldo de novas tecnologias. As fortalecidas redes de traficantes percebem que a debilidade relativa ou ausência absoluta das instituições democráticas e o poder corruptor do dinheiro oferecem incentivos para ir mais além do rentável mercado de narcóticos. No mundo há toda uma série de atividades delitivas cujas utilidades são tão grandes que fazem que a ação do governo sucumba sempre ante a lógica dos mercados ilegais. A década de **2020** na América Latina se caracteriza assim, entre outros fatores, pela expansão do comércio ilícito de armas de toda classe, de objetos falsificados, produtos piratas e ideias roubadas, de metais preciosos, de órgãos humanos e de pessoas não registradas e/ou escravizadas. Em conformidade com as novas tendências mundiais, a ciberdelinquência, relacionada com crimes digitais, como o furto, a extorsão e a espionagem se arraiga mais na região. Redobram-se os ciberataques a entidades públicas e a empresas e se divulga uma nova espécie de delinquente com poder de desestabilização: o “ciberchefe”, que opera no cume de um cartel digital com crescente força na clandestinidade. Os recursos naturais são objeto de uma exploração descontrolada, com o correspondente prejuízo no abastecimento da água. A poderosa lógica amoral do mercado ilícito se estende com a velocidade do fogo, sem que os governos saibam como extinguir o incêndio. Em alguns casos, inclusive, não há um interesse real de extingui-lo devido à pressão e influência política dos traficantes.

O número de homicídios e desaparecimentos atribuídos ao tráfico ilícito entre **2020** e **2030** alcança cifras epidêmicas sem precedentes inclusive no perturbador contexto latino-americano do começo do século. Os fenômenos de violência criminal que eram comuns em partes do México, Colômbia e nos países do Triângulo do Norte se estendem e são agora diários em uma alarmante porcentagem territorial da região, apesar de sua complexidade demográfica e geográfica. A região se posiciona de novo e reiteradamente como a região mais violenta e mortífera do mundo.

De fato, o crime organizado é um poder em um número cada vez maior de localidades e territórios, onde os serviços públicos se destacam

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 32, 35, 38

2016 • pág. 34

2020 • págs. 34, 36

2030 • págs. 34,
35, 36, 37

por sua ausência. Milhões de latino-americanos devem se submeter ante as condições dos criminosos, que impõem suas próprias regras em matéria de justiça, fiscalização e segurança. Ou se submetem ou tentam se mudar. Os impostos legais são substituídos por extorsões. Os mecanismos de solução de conflitos e controvérsias se baseiam agora mais na força que no direito. Novas infraestruturas esportivas financiadas com dinheiro ilícito são construídas. Em suma, o crime organizado supre a seu próprio arbítrio as carências da ausência do Estado. Os criminosos buscam legitimar sua presença na sociedade e em muitos casos conseguem. Em numerosos exemplos se expressa escancaradamente o problema da criminalidade, mas também há outros nos que as atividades normais funcionam devidamente, mesmo sem o amparo estatal, como o turismo, o comércio e os carnavais. Dessa maneira, é produzido o paradoxo do crime organizado como gerador de paz e estabilidade, que inclusive provê bens públicos e evita espirais significativas de violência.

Contudo, desde **2025**, multiplica-se exponencialmente o número de análise e notas de imprensa que se referem à América Latina como a região em que, como nunca antes na história, debilitaram formas de governo construídas sobre ideais democráticos. Os casos de sequestro da democracia passam pouco a pouco de anomalias isoladas à regra geral em uma porcentagem alarmante de territórios e, em casos concretos, de países.

Os jovens de zonas marginalizadas continuam sendo na segunda década do século XXI as principais vítimas e os principais alvos. As gangues urbanas continuam sendo mão de obra barata para os traficantes e crescem graças à falta de oportunidades, ao abandono escolar e à necessidade de reconhecimento e pertencimento de muitos jovens que não encontram refúgio em outros lados. Diante desses jovens, prevalecem essencialmente os exemplos da cobiça e do dinheiro fácil, e é entre eles que mais se dispara o tráfico e o consumo de drogas. Multiplica-se a violência de gênero e, sob o arquétipo patriarcal comum de fenômenos como o gangsterismo, diminuem as oportunidades de progresso e de participação social para as mulheres, sobretudo as que vivem em zonas rurais. Tais preconceitos se estendem à população LGBT, que sofre uma repressão habitual nesse magma social de tanta violência. Muitos trabalhadores do campo e povos indígenas são desalojados de

suas populações e despojados à força de suas posses. Como resultado de tudo isso, exacerbam-se em alguns casos os índices de desemprego, pobreza, desigualdade e desequilíbrio ambiental.

Contudo, o potencial produtivo da região entre **2015** e **2030** se reduz a uma porcentagem equivalente a muitos milhares de milhões de dólares anuais. Os empresários legítimos devem competir agora em condições de desvantagem e de risco pessoal e familiar com as atividades “branqueadas” dos traficantes que servem para a lavagem de capitais. Suas empresas sucumbem por estar localizadas em regiões pouco atrativas ao investimento, o que diminui paulatinamente a oferta de emprego formal. São as atividades informais que crescem em forma exponencial. Outros empresários com menos escrúpulos se prestam eles mesmos à lavagem de dinheiro por meio de atividades comerciais legítimas, como a construção, as farmácias e os serviços financeiros, entre outras. Entretanto, a legitimidade do poder judicial se enfraqueceu ao máximo devido à coerção, à corrupção, à cooptação e à falta de recursos. O poder judicial deixa assim de ser um dos contrapesos da democracia. O exército e a polícia também não são alheios às atividades criminosas. Muitos uniformizados recebem um pagamento muito superior ao de seu salário para ignorar as transgressões à lei ou proteger os criminosos. Em alguns casos, durante as horas de serviço, servem aos interesses do crime organizado sob a impunidade dada pelo uniforme e sem ele passam a ser membros clandestinos de quadros médios ou inferiores dos exércitos criminosos.

Na sociedade civil, instala-se com muita frequência o silêncio, o temor, a apatia e, às vezes, a dupla moral. Vários optam pelo caminho da migração, especialmente para os Estados Unidos, mas também para outros países do continente. Trata-se tanto de pais quanto de menores sozinhos e sem documentos. Tal aumento da migração rompe a coesão social básica de vínculos paternos, familiares e afetivos que tratam de ser supridos sem sucesso com remessas e viagens periódicas. As remessas geram entradas que permitem sustentar algumas famílias, mas, por sua vez, têm efeitos colaterais perversos por não propiciar majoritariamente atividades produtivas, mas apenas o consumo dentro do território em que são recebidas. Também se contabilizam milhares de pessoas que se refugiam na fé e se asilam em igrejas e cultos religiosos, cujo funcionamento e atividades em alguns casos são financiados pelos próprios traficantes. Os que

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 32, 35, 38

2016 • pág. 34

2020 • págs. 34, 36

2030 • págs. 34, 35, 36, 37

podem, a minoria, incrementam o gasto em segurança privada e no completo isolamento do resto da população por meio de condomínios privados que se tornam a nova moda entre as elites da região.

Em torno de **2025**, e ante a ausência de uma concepção transnacional que permita unir forças em torno à ameaça do crime, as reações à crise generalizada são de distinto calibre segundo cada país. Em alguns casos cresce o número de cidadãos extenuados que exigem mão firme, mesmo se isso implicar a renúncia aos preceitos constitucionais e às políticas de prevenção do delito. Nesses casos chegam ao governo pessoas que, continuando uma tradição que se acreditava superada na região, exercem o poder de forma arbitrária, prometendo soluções populistas de curto alcance e, ao mesmo tempo, vulnerando constantemente os direitos democráticos. Em outros países, a ausência de respostas contundentes por fora do marco constitucional e legal faz com que cada vez mais cidadãos comuns se armem até os dentes e se organizem em patrulhas ou grupos de autodefesa para exercer a justiça com as próprias mãos, ou protagonizem fenômenos de linchamentos, ou justifiquem a adoção de qualquer medida de tipo repressivo e totalitário por parte de autoridades locais.

Em casos concretos, busca-se atacar não apenas as consequências da segurança dentro do marco institucional, mas sim todas as causas, que se relacionam quase sempre com problemas ancestrais de exclusão social. São desenvolvidas campanhas educativas para criar maior resiliência nas comunidades ante a tentação do delito, bem como tréguas com os grupos de delinquentes ou gangues, que alguns denunciam como uma claudicação ante o crime. Além disso, são empreendidos ingentes esforços para melhorar a infraestrutura nos bairros mais vulneráveis e a qualidade dos serviços públicos a cargo do Estado. Também se introduzem atividades culturais e esportivas em espaços públicos recuperados dos criminosos. Entretanto, a margem de manobra desses governos para se focar nas necessidades sociais é muito limitada e os cofres públicos diminuíram ao máximo. Torna-se visível uma relação perversa: quão maiores são as necessidades sociais devido à insegurança, menores são as condições econômicas e financeiras que permitem os governos afrontar o problema.

Por outra parte, a meados da década de **2020**, duplicam-se os casos de cidadãos que se organizam através de campanhas

contra a ameaça criminosa. A indiferença e apatia geral contrastam com o trabalho constante de líderes que se abastecem em minúsculos círculos de resistência pessoal e profissional e fazem frente ao sequestro da institucionalidade mediante seu ativismo e resistência a viver sempre sob a sombra do crime organizado. Lentamente permeia a evidência de que nem os governos nem seus respectivos países podem conseguir resultados por si mesmos.

Apesar do anterior, muitos territórios da maioria dos países da América Latina chegam a **2030** submersos em uma crise de insegurança que parece não chegar a uma situação irreversível e que se antepõe a qualquer outra consideração. Trata-se de crises territoriais que implicam um risco notável para a desestabilização no resto da região. A debilidade das instituições nesses territórios, ao mesmo tempo, causa e consequência da crise, é maior que nunca. A corrupção, o crime organizado e a violência impedem avanços sustentáveis na construção de um sistema que possa salvaguardar as garantias democráticas mais elementares. O que predomina nesses territórios é a tradicional cooptação do poder. Em outros casos, impera a alternativa da mão firme e, em outros, simplesmente a anarquia. Registra-se um adormecimento ou uma doutrinação da consciência coletiva. Parece faltar ainda algum trecho para entender que a segurança é um desafio compartilhado, pois sua resolução, segundo muitos, só pode provir de um compromisso tanto em nível hemisférico quanto nacional. Em nível hemisférico, porque se requer uma ação coordenada ante uma ameaça que não conhece fronteiras quanto em nível nacional. Em nível nacional, porque os estreitos vínculos entre exclusão social e violência demandam uma responsabilidade conjunta para atender prioridades e acordar estratégias sensatas em longo prazo em meio aos limites impostos pelas restrições orçamentárias.

Os especialistas mais reputados na América Latina sugerem com insistência que na luta efetiva contra o crime deve confluir uma mistura integral de múltiplos fatores, como a prevenção, a coerção legítima, a tecnologia de ponta, a maior coordenação institucional, a aproximação da comunidade, o investimento social, a redução da pena, a cooperação internacional, a diminuição da rentabilidade da atividade ilícita, a vontade política e as reformas no aparelho judicial, entre outros. Entretanto, afirmam, não há atalhos: é só através da construção de um sistema democrático inclusivo e transparente que

LINHA DO TEMPO

2015 • págs. 32, 35, 38

2016 • pág. 34

2020 • págs. 34, 36

2030 • págs. 34,
35, 36, 37

una o Estado à sociedade e à comunidade internacional, que se pode avançar gradualmente na superação do crime e da violência. Alguns casos específicos desde **2025** são pioneiros em criar as condições propícias para essas circunstâncias e por isso são a bússola sob a qual se sugere coordenar a ação reformista dos demais, sem sucumbir ante a tentação totalitária dos golpes de Estado e a mão firme. A luz de esperança aparece por fim no horizonte. Para muitos, a que por décadas foi a região mais insegura do mundo aprendeu por fim a lição ao despontar **2030**, mas a um custo extremamente alto.

Membros

O componente medular deste exercício de planejamento transformador por cenários –chamado Equipe de Cenários – esteve formado por um grupo heterogêneo de 37 líderes da região latino-americana provenientes da academia, instituições governamentais, parlamentares e municipais, sociedade civil, organizações produtivas, jovens, movimentos sociais, empresariado, comunicadores, povos indígenas, igreja e fundações. Todos eles são atores respeitados em seus próprios âmbitos e, como equipe, consolidam uma ampla gama de conhecimento, experiências e perspectivas que lhes permitiu trabalhar de forma conjunta e dialógica para construir uma visão global do tema.

O processo de construção de cenários incluiu a geração de um entendimento mais profundo sobre o que ocorreu, o que está ocorrendo e o que poderia ocorrer nas próximas décadas nas democracias latino-americanas. Entretanto, isso não implica que todos os membros da Equipe de Cenários estivessem de acordo com a totalidade dos elementos dos quatro caminhos de futuro representados. Consequentemente, a lista dos membros da Equipe de Cenários que se apresenta a seguir não representa um consenso sobre recomendações implícitas de estratégias, ensaios e reformas, mas apenas as pessoas em si: um grupo diverso de líderes comprometidos e conscientes, que trabalharam juntos com a esperança de que esses cenários possam alentar uma série de diálogos na região sobre o futuro das instituições democráticas na América Latina, contribuindo para catalisar a mudança rumo a uma região mais democrática, justa, próspera e segura no século XXI.



A Equipe de Cenários

PEDRO ABRAMOVAY

Diretor Regional para América Latina e Caribe da Open Society Foundations

NASCHLA ABURMAN

Presidenta da Federação de Estudantes da Universidade Católica de Chile (FEUC)

LAURA ALBORNOZ POLLMANN

Acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade do Chile

IVANA BENTES

Professora e Pesquisadora em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

NABIL BONDUKI

Secretário de Cultura Municipal de São Paulo

LUIS JAVIER CASTRO LACHNER

Sócio-Diretor de Mesoamérica e Presidente da Associação Empresarial para o Desenvolvimento na Costa Rica

ÓSCAR CHACÓN

Diretor Executivo da Aliança Nacional de Comunidades Latino-Americanas e Caribenhas (NALACC)

WÁLTER DELGADILLO TERCEROS

Cidadão Boliviano

NILCÉA FREIRE

Representante no Brasil da Fundação Ford

ROSSANA FUENTES BERAIN

Fundadora de México Media Lab S21

MANUEL GARRIDO

Deputado da Câmara dos Deputados da Nação na Argentina

MARÍA BEATRIZ (PILU) GIRAUDO

Presidenta da Associação Argentina de Produtores em Semeadura Direta (Aapresid)

NEGA GIZZA

Conferencista e Apresentadora no Brasil, Central Única das Favelas (CUFA)

GUSTAVO GORRITI

Diretor de IDL-Jornalistas no Peru

CARLOS HERNÁNDEZ

Presidente de Junta Diretiva da Associação para uma Sociedade Mais Justa em Honduras

MIGUEL LAGO

Sócio-Fundador Meu Rio no Brasil

JUAN PABLO LUNA

Professor Associado do Instituto de Ciência Política, PUC-Chile

OTILIA LUX DE COTÍ

Diretora Executiva do Fórum Internacional de Mulheres Indígenas da Guatemala

CARLOS MARCH

Diretor de Comunicação Estratégica Fundación Avina

MARÍA CONSUELO MEJÍA PIÑEROS

Diretora de Católicas pelo Direito de Decidir A.C. no México

ZULIA MENA

Prefeita do Município de Quibdó, Chocó em Colômbia

CARLOS HUGO MOLINA

Reitor da Universidade Nacional Ecológica na Bolívia

RICARDO MOREL

Vice-Presidente de Assuntos Corporativos da Companhia Mineira Antamina no Peru

NOHRA PADILLA HERRERA

Presidenta da Associação Nacional de Recicladores da Colômbia (ANR)

SUSEL PAREDES PIQUÉ

Advogada, Ativista e Dirigente Política no Peru

CLAUDIA PAZ E PAZ

Ex-Fiscal Geral do Ministério Público da Guatemala

THAMY POGREBINSCHI

Pesquisadora Sênior do WZB Berlin Social Science Center e Professora de Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MIGUEL PULIDO

Diretor Executivo de Fundar, Centro de Análise e Pesquisa, A.C. no México

ANTONIA RODRÍGUEZ

Diretora Executiva da Associação Artesanal Boliviana Señor de Mayo (ASARBOLSEM)

MARÍA PAULA ROMO

Política e Professora Universitária. Dirigente do Movimento Ruptura no Equador

EUGENIO SCARPELLINI

Bispo da Diocese de El Alto na Bolívia

SCHUMA SCHUMAHER

Ativista feminista, Escritora e Coordenadora Executiva da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) no Brasil

ALEXANDER SEGOVIA

Presidente do Instituto Centro-Americano de Pesquisas para o Desenvolvimento e a Mudança Social (INCIDE) em El Salvador

JORGE SOTO

Diretor Geral Adjunto de Inovação Cívica, Coordenação de Estratégia Digital no México

LEÓN VALENCIA AGUDELO

Diretor Executivo da Fundação Paz e Reconciliação na Colômbia

EDWIN VÁSQUEZ CAMPOS

Coordenador Geral Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)

JEAN WYLLYS

Deputado na Câmara de Deputados do Brasil

Pessoas Entrevistadas

Além dos membros da Equipe de Cenários, as seguintes pessoas também foram entrevistadas:

DAVID BOJANINI

Presidente do Grupo Sura na Colômbia

MARTÍN ABREGÚ

Vice-Presidente do Programa Democracia, Direitos e Justiça da Fundação Ford

MARIO BRONFMAN

Representante para o México e Centro-América da Fundação Ford

EPSY CAMPBELL

Deputada da Assembleia Legislativa na Costa Rica

CELINA CARPI

Membra da Junta Diretiva de Libra Holding e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos no Brasil

FABIANA DO POPOLO

Oficial de Assuntos de População da Divisão de População da CEPAL no Chile

ANA HAZEL ESCHRICH

Secretária Geral de SISCA em El Salvador

SERGIO FAUSTO

Diretor Executivo do IFHC no Brasil

JOAQUÍN FERNANDOIS

Acadêmico, Historiador e Colunista do El Mercurio no Chile

ELENA FORTES

Diretora da Organização Ambulante no México

GABRIELLA GÓMEZ-MONT

Fundadora e Diretora do Laboratório para a Cidade do México

DANIEL GONZALES

Diretor do Programa Internacional de Migrações da Fundación Avina na Colômbia

ODED GRAJEW

Coordenador da Rede Nossa São Paulo e Presidente Emérito do Instituto Ethos no Brasil

RAFAEL HERNÁNDEZ

Diretor da Revista Temas e Professor da Universidade de Havana em Cuba

JUANA KWITEL

Diretora Programática de CONECTAS no Brasil

RONALDO LEMOS

Cofundador e Diretor Executivo do Instituto Tecnologia e Sociedade no Brasil

HENRIQUE LIAN

Diretor Executivo do Instituto Ethos no Brasil

GUSTAVO LOPETEGUI

CEO de LAN na Argentina

MARÍA LÓPEZ

Diretora de Sustentabilidade de Publicações Semana na Colômbia

PÍA MANCINI

Cofundadora e Diretora Executiva da Democracia na Rede e Cofundadora do Partido da Rede na Argentina

MYRIAM MÉNDEZ-MONTALVO

Representante para a Região Andina e o Cone Sul da Fundação Ford

GERARDO MUNCK

Professor da University of Southern California

VALDECIR NASCIMENTO

Diretora Executiva de ODARA – Instituto da Mulher Negra no Brasil

ADRIANA RAMOS

Diretora Executiva Adjunta do Instituto Socioambiental no Brasil

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO

Professor da Universidade dos Andes na Colômbia

FRANCISCO ROJAS ARAVENA

Reitor da UPAZ na Costa Rica

MARIANO TURZI

Professor da NYU e Coordenador do Programa Ásia-Pacífico UTDT na Argentina

RICARDO YOUNG

Conselheiro da Câmara Municipal de São Paulo, Brasil

Equipe de Reos Partners

MILLE BOJER

LUCILENE DANCIGUER

ELENA DÍEZ PINTO

TIÊ FRANCO BROTTTO

ANÁÍ LINARES MÉNDEZ

MARIANA MIRANDA

TOMAS ROSENFELD

Editor dos Cenários

JUAN CARLOS MORRIS

Conselheiro do Projeto

ANTONIO ARANÍBAR ARZE

Identidade Visual e Design Gráfico

FABIO ISSAO

ALERTA DEMOCRÁTICA

Cenários para o futuro da
democracia na América Latina
2015—2030

Realização



Apoiado por



Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Este documento está licenciado pela ReosPartners Inc. sob os termos de uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-ShareAlike 4.0 Licença Internacional. Isso significa que os leitores e usuários podem compartilhar e usar nossos materiais sempre e quando outorguem a ReosPartners Inc. o devido crédito. Este documento não pode ser utilizado para fins comerciais. Veja mais em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>